



FACULDADE CALAFIORI

DANIELE CRISTINA PICCIRILLO LOURENÇO

JANAÍNA ALEXANDRA VENÂNCIO

**SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E ORIENTAÇÃO
EDUCACIONAL: processos independentes,
complementares ou similares?**

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG
2015

DANIELE CRISTINA PICCIRILLO LOURENÇO
JANAÍNA ALEXANDRA VENÂNCIO

**SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E ORIENTAÇÃO
EDUCACIONAL: processos independentes,
complementares ou similares?**

Monografia apresentada à Faculdade Calafiori,
como parte dos requisitos para a obtenção do título
de Licenciatura em Pedagogia.
Linha de Pesquisa: Gestão Escolar

Orientadora: Prof^ª. Esp. Sára Maria Caixeta de
Oliveira.

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG
2015

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E ORIENTAÇÃO

**EDUCACIONAL: processos independentes,
complementares ou similares?**

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AVALIAÇÃO: () _____

Professora Orientadora: Prof.^a Sára Maria Caixeta de Oliveira

Professor (a) Avaliador (a) da Banca

Professor (a) Avaliador (a) da Banca

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG
2015**

Dedicamos nosso trabalho especialmente à Professora Sára, que nos ajudou a tornar esse sonho real. Muitos obstáculos foram impostos nessa caminhada, mas, com sua ajuda e apoio, não fraquejamos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, por mais um sonho concretizado.

Aos ensinamentos de todos os professores.

Ao apoio da nossa família e amigos que nos acompanharam no decorrer desses anos.

Queremos deixar aqui registrada nossa eterna gratidão por nossa orientadora Sára que, além de uma excelente profissional, também é uma amiga bastante querida por nós. Agradecemos imensamente você por nos dar forças e apoio para seguirmos em frente. Jamais esqueceremos tamanho carinho e dedicação. Obrigada, querida professora!

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre. Quem ensina aprende ao ensinar. E quem aprende ensina ao aprender.

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa discorre acerca dos processos de Orientação Educacional e Supervisão Pedagógica, refletindo sobre sua independência, complementaridade ou similaridade. O curso de Pedagogia destina-se à formação desses profissionais, numa época em que se verifica uma mobilização pela desativação dos estudos específicos da Pedagogia; como campo científico, há muito tempo ela tem perdido prestígio e espaço acadêmico. O objetivo geral é contextualizar a ação do Orientador Educacional e do Supervisor Pedagógico, os dois Especialistas em Educação Básica, a partir da análise do arcabouço legal que norteia o seu fazer pedagógico, das orientações da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e da atual demanda das escolas públicas. Também, especificamente, arrolar suas atribuições legais; conhecer o teor do Guia do Especialista em Educação Básica; determinar o objeto da ação de todos os Especialistas em Educação Básica; pesquisar a evolução histórica do Orientador Educacional e do Supervisor Pedagógico; comparar as determinações legais para ambas às especialidades e concluir quanto à pertinência do tratamento e orientações dispensadas aos pedagogos pelo Guia do Especialista em Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. A metodologia adotada é a pesquisa por revisão bibliográfica, de cunho qualitativo, com seleção de autores de renome na área de gestão e consulta a documentos legais pertinentes. O primeiro capítulo discute o objeto da Supervisão, seus períodos históricos e evolução da sua concepção e, a seguir, suas atribuições legais. O capítulo seguinte é dedicado ao estudo da Orientação Educacional - seu objeto de ação, seu histórico e evolução conceitual e suas atribuições legais. O último capítulo se incumbe de analisar o Guia do Especialista em Educação Básica à luz da legislação consultada e das expectativas da sociedade quanto à escola da atualidade, discutindo, ao final, sobre a possível perda da identidade dos pedagogos que, com diferentes habilitações e regidos por distinta legislação, exercem as mesmas funções determinadas pelo referido Guia do Especialista em Educação Básica - questão que justifica esta pesquisa. O Supervisor Pedagógico deveria supervisionar, acompanhar, assessorar e avaliar as atividades pedagógico-curriculares, tendo como atribuição prioritária a assistência pedagógico-didática aos professores, exercendo função sociocrítica nas dimensões política, humana e técnica. O professor tem como objeto da docência a produção do aluno; o Supervisor Pedagógico deve ter como objeto do seu trabalho a produção do professor e o Orientador Educacional, o desenvolvimento integral do educando, em seus múltiplos aspectos - físico, intelectual, escolar, social, emocional, moral, vocacional, profissional, com assistência individual ou em grupo. A Secretaria de Estado de Educação afirma a intenção de tornar a organização escolar ambiente de aprendizagem, espaço de formação contínua, com educadores pensadores - e não meros executores de decisões burocráticas -, mas, ao mesmo tempo, impõe ao Especialista em Educação Básica um Guia, verdadeiro manual, com ações que ignoram as respectivas especialidades e suas especificidades, fazendo do Orientador Educacional e do Supervisor Pedagógico são idênticos executores de um planejamento com decisões prévias e engessadas. Conclui-se pela necessidade de ressignificação das distintas especialidades e respeito aos cargos institucionalizados e normatizados por diferentes diplomas legais.

Palavras-chave: Supervisão Pedagógica. Orientação Escolar e/ou Educacional. Guia do Especialista em Educação Básica. Pedagogia.

ABSTRACT

This research discusses about the Educational Guidance processes and Supervision, reflecting on their independence, complementarity or similarity. The Faculty of Education is intended for the training of these professionals, at a time when there is a mobilization for disabling specific studies of Pedagogy; as a scientific field, a long time it has lost prestige and academic space. The overall objective is to contextualize the action of the Guidance Counselor and Pedagogical Advisor, both specialists in Basic Education, from the analysis of the legal framework that guides their pedagogical practice, the Secretariat of the guidelines of the State of Minas Gerais Education and current demand from public schools. Also specifically roll over their legal duties; know the Expert's Guide content in Basic Education; determine the share of the object of all specialists in Basic Education; researching the historical development of the Guidance Counselor and the Pedagogical Advisor; compare the legal requirements for both the specialty and conclude on the appropriateness of treatment and dispensed guidance to educators by the Expert's Guide to Basic Education of the State Department of Education of Minas Gerais. The methodology is to search for literature review, qualitative nature, with selection of renowned authors in management and consultation with relevant legal documents. The first chapter discusses the object of supervision, its historical periods and evolution of its design and, then, its statutory duties. The following chapter is devoted to the study of Educational Guidance - its object of action, its historical and conceptual evolution and its statutory duties. The last chapter undertakes to analyze the Education Specialist of the Basic tab in the light of the referred legislation and societal expectations regarding today's school, discussing, at the end, about the possible loss of the identity of educators who, with different skills and governed by separate legislation, exercise the same functions determined by that Expert's Guide to Basic Education - an issue that justifies this research. The Educational Supervisor should supervise, monitor, advise and evaluate the pedagogical and curricular activities, with the priority assignment to pedagogical-didactic assistance to teachers, exercising sociocrítica role in the political, human and technical. The teacher has as object the production of teaching the student; the Educational Supervisor should have the object of their work to production of the teacher and the Guidance Counselor, the integral development of the student, in its many aspects - physical, intellectual, academic, social, emotional, moral, vocational, professional, with individual assistance or in Group. The State Department of Education states the intention to make the school environment learning organization, training space, with thinkers educators - and not mere executors of bureaucratic decisions - but at the same time, requiring the Basic Education Specialist one Guide, true manual, with actions that ignore their specialties and their specificities, making the Guidance Counselor and the Pedagogical Advisor are identical executors of planning and plastered with previous decisions. The results confirmed the need for redefinition of the different specialties and respect for the positions institutionalized and regulated by different legislation.

Keywords: Supervision. School guidance and / or educational. Guide Specialist in Basic Education. Pedagogy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação

Cades - Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário

CBC - Currículo Básico Comum

CEALE - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita

CNE - Conselho Nacional de Educação

CRV - Centro de Referência Virtual

EEB - Especialista em Educação Básica

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENSES - Encontros Nacionais dos Supervisores

FENASE - Federação Nacional de Supervisores Escolares

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

OE - Orientador Educacional

PABAEE - Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar

PDE - Plano Decenal de Educação

PNLD - Plano Nacional do Livro Didático

SEE - Secretaria de Estado de Educação

SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SOE - Serviço de Orientação Educacional

SP - Supervisor Pedagógico

SRE - Superintendência Regional de Ensino

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	12
1.1 Justificativa	17
1.2 Objetivo Geral	19
1.3 Objetivos Específicos	19
1.4 Metodologia.....	20
2 - SUPERVISÃO PEDAGÓGICA	22
2.1 Objeto da Supervisão Escolar sob o olhar de uma educação libertadora	26
2.2 Períodos Históricos e Evolução da Concepção de Supervisão Pedagógica - uma retrospectiva histórica.....	30
2.3 Atribuições Legais do Supervisor Pedagógico	34
3 - ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	40
3.1 Objeto da Orientação Educacional	42
3.2 Períodos Históricos e Evolução da Concepção de Orientação Educacional	47
3.3 Atribuições Legais do Orientador Educacional	50
4 - O ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA EM MINAS GERAIS	57
5 - DISCUSSÃO E RESULTADOS	67
6 - CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

A escola é uma das instâncias mais importantes da sociedade, tendo como função básica ensinar; porém, dada a amplitude da sua função educacional, a escola não se limita à simples transmissão de conteúdos, pois o conteúdo, por si só, não promove o desenvolvimento de habilidades mentais necessárias à formação de um raciocínio flexível e criativo, tão valorizado atualmente. E, tendo o contexto educacional passado por várias transformações no decorrer do tempo, ainda hoje, a Escola conserva alguns paradigmas e/ou concepções tradicionais explícitas que acabam interferindo no processo pedagógico, reconhece Rangel (2013).

Espera-se que a escola ensine bem os conteúdos socialmente valorizados e culturalmente acumulados, garantindo aos alunos o conhecimento intelectual como suporte para a formação da cidadania. Rangel (2013) acredita que, com o domínio do saber, os educandos poderão alcançar a liberdade e a possibilidade de agir e de transformar a sua realidade.

Para que a escola cumpra suas funções efetivamente, precisará ter objetivos bem definidos, contar com participação e comprometimento da coletividade e com o trabalho de profissionais competentes, com visão ampla e profunda dos processos pedagógicos, das necessidades e interesses dos alunos, das condições reais do trabalho docente, das relações que se dão no processo ensino-aprendizagem e na sociedade.

Os legítimos profissionais da educação são pedagogos, uns especialistas, outros docentes. Eles devem ser formados, predominantemente, nas Faculdades de Educação, que ofereçam curso de Pedagogia para atividades escolares e extra-escolares, cursos de formação de professores para toda a Educação Básica, programa especial de formação pedagógica e programas de educação continuada.

O curso de Pedagogia é destinado à formação de profissionais interessados em estudos do campo teórico-investigativo da educação e no exercício técnico-profissional, como pedagogos no sistema de ensino, nas escolas e em outras instituições educacionais, inclusive as não-escolares. Porém, ao tratar das inquietações dos pedagogos, Libâneo (2001) comenta que os próprios pedagogos que atuam nas escolas parecem se esconder de sua profissão ao não fazerem frente às investidas contra a Pedagogia e ao exercício profissional dos pedagogos especialistas, adotando uma atitude desinteressada frente à especificidade dos estudos pedagógicos e aos próprios conteúdos e processos que eles representam. Por razões ainda

muito pouco esclarecidas, boa parte dos sociólogos da educação, psicólogos da educação, filósofos da educação, que têm seus empregos e suas pesquisas em faculdades de educação, vêm se mobilizando pela desativação dos estudos específicos da Pedagogia.

Percebe-se uma série de inquietações desses profissionais, uma insegurança que não cabe aos líderes educacionais. A formação dos profissionais da educação deve contemplar a preparação daqueles profissionais da área educacional demandados pela sociedade brasileira, em sua configuração atual, para atuarem na organização e na gestão de todos os segmentos do sistema nacional de ensino. Com igual insistência, é também necessária a formação de estudiosos que se dediquem à construção do conhecimento científico na área, uma vez que a educação também é considerada como um campo teórico-investigativo e que a produção desse conhecimento é requisito fundamental para toda formação técnica e docente.

Assim, a formação do profissional da educação é vista sob uma tríplice perspectiva: visa formar um profissional que possa atuar como docente (atual licenciado), como especialista (detentor das atuais habilitações) e como pesquisador (o atual bacharel, como essa modalidade tem sido mantida). É oportuno analisar o trabalho das faculdades de Pedagogia em relação à pesquisa, verificar sua recente produção científica.

Avaliar o grau de adequação da formação superior é importante, primeira providência para uma possível mudança. Cabe aos cursos de Pedagogia preparar o aluno para atuar no sistema de ensino com competências que lhe garantam fazer a diferença na qualidade da instituição escolar e na proficiência dos alunos. Em relação à necessidade dessas mudanças, comungam da mesma ideia Libâneo (2001) e Silva (2013).

A Pedagogia, no Brasil, vive um grande paradoxo: enquanto é verificada uma intensa pedagogização da sociedade com o impacto das inovações tecnológicas, da informática, dos meios de comunicação, da difusão cultural e científica e da propaganda, no meio educacional, ela se encontra no descrédito, assim como a atividade docente, reconhece Libâneo (2001). Como campo científico, a Pedagogia foi perdendo prestígio e espaço acadêmico com o movimento da educação nova a partir dos anos 20 e, mais tarde, com o tecnicismo educacional, depois com a onda crítico - reprodutivista dos anos 70-80. Mais recentemente, a carga de contestação vem do chamado pensamento pós-moderno, pois a Pedagogia se constituiu dentro do mundo “moderno” e representa ainda o ideário iluminista.

No primeiro capítulo - Supervisão Pedagógica -, discute-se o objeto da Supervisão Pedagógica. O Supervisor Pedagógico é o profissional que estabelece comunicação, articula ações, promove discussões entre os professores, ajuda os outros profissionais a melhorarem

seu desempenho. O Supervisor é um articulador de ações e reações dentro da escola, é um coordenador das relações, conforme visão dos autores consultados.

A Supervisão é também uma forma de gerência, uma vez que a Supervisão é encontrada em todo o sistema de organização. E essa organização é importante para a melhoria de todo o processo, buscando a eficiência. A função de liderança vislumbra o aspecto de que o Supervisor lidera os professores, orientando-os no desempenho de suas funções. Ao tratar da organização e funcionamento da escola com a gestão democrática, Libâneo (2001) faz uma relação de funções essenciais ao desenvolvimento curricular que necessitam da coordenação do Supervisor Pedagógico.

O papel do Supervisor possui muitas dimensões. E tais dimensões vislumbram as funções administrativas, as curriculares, as instrucionais, as gerenciais e as relações humanas.

É possível, segundo Libâneo (2011), perceber a Supervisão Pedagógica em suas três dimensões: dimensão política, humana e técnica.

A dimensão política identifica a capacidade do Supervisor de perceber a escola, a sociedade e o sistema educacional como um todo e a compreensão de que a escola e todos os que nela atuam são interdependentes entre si e em relação à sociedade, pois estão inseridos em um contexto. O Supervisor deve compreender as causas e as consequências dessa interdependência, sabendo que suas ações serão escolhas influenciadas e terão efeitos em todo o contexto escolar.

A dimensão humana baseia-se na capacidade de o Supervisor trabalhar de maneira eficaz e eficiente com os professores, em base individual e em situações de grupo, exigindo do profissional compreensão, aceitação, empatia e consideração pelos outros. Implica habilidade para motivar os professores, desenvolver atitudes favoráveis ao trabalho educativo, ao conhecimento e ao domínio de dinâmica de grupo, além da preocupação permanente com as necessidades humanas e o desenvolvimento das pessoas.

A dimensão técnica requer do Supervisor Pedagógico compreensão e proficiência em métodos, processos, procedimentos e técnicas de organização de trabalho.

Segundo Silva (2013), de acordo com a interpretação moderna, a Supervisão Pedagógica consiste em estimular, coordenar e dirigir as atividades docentes de forma cooperativa, levando todos que dela participam a trabalharem para o maior rendimento da situação ensino-aprendizagem. Ainda de acordo com essa visão, abandona-se a prática da supervisão, assumindo a gestão pedagógica

Em seguida, a pesquisa se volta para os períodos históricos e a evolução da concepção de Supervisão Pedagógica. Segundo as pedagogas Carlos e Lodi (2012), historicamente o

trabalho do Supervisor esteve ligado ao controle, à inspeção ou ao repasse de técnicas aos professores. Contudo, no contexto escolar atual, o Supervisor tem um papel político, pedagógico e de liderança no espaço escolar, devendo ser um constante pesquisador e articulador de todas as esferas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem, de modo a assegurar a qualidade na educação.

Suas atribuições legais merecem atenção. Entre elas, a coordenação do processo de construção coletiva e execução da Proposta Pedagógica, dos Planos de Estudo e dos Regimentos Escolares e, ainda, investigar, diagnosticar, planejar, implementar e avaliar o currículo em integração com outros profissionais da educação e integrantes da comunidade; supervisionar o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidos legalmente; velar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes nos estabelecimentos de ensino; assegurar processo de avaliação da aprendizagem escolar e a recuperação dos alunos com menor rendimento.

Dentre outras atribuições estão: a colaboração com todos os segmentos da comunidade escolar, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino; promover atividades de estudo e pesquisa na área educacional, estimulando o espírito de investigação e a criatividade dos profissionais da educação; emitir parecer concernente à Supervisão Educacional; planejar e coordenar atividades de atualização no campo educacional; propiciar condições para a formação permanente dos educadores em serviço; promover ações que objetivem a articulação dos educadores com as famílias e a comunidade, a fim de criar processos de integração com a escola.

O capítulo seguinte é dedicado ao estudo da Orientação Educacional. O objeto da Orientação Educacional é investigado e verifica-se tratar de um profissional (Orientador Educacional) que trabalha diretamente com o aluno. Através de diálogo, busca sanar os problemas que os discentes possam apresentar em seu dia a dia, procurando sempre estreitar os laços familiares para que escola e família possam caminhar na mesma direção e com o mesmo objetivo. Busca, também, criar meios para que o ambiente escolar seja adequado e favorável ao desenvolvimento educacional e pessoal dos alunos.

A fim de compreender melhor o Serviço de Orientação Educacional, na sequência, é apresentado o resultado da pesquisa sobre o histórico e a evolução de sua concepção, consultada a obra de Miriam Pascoal, Eliane Costa Honorato, Fabiana Aparecida de Albuquerque, da Unicamp (2008), que realizaram uma consubstanciada pesquisa sobre o histórico da Orientação Educacional no Brasil.

Até a década de 70, a Orientação Educacional se apoiou num referencial basicamente psicológico, reforçando a ideologia de aptidões. Com a Lei 5692/71, segunda Lei de Diretrizes e Bases do país, a Orientação Educacional passa a ser obrigatória no Ensino de 1º e 2º graus, para atender o objetivo de qualificação para o trabalho e de sondagem de aptidões. Dispõe sobre a instituição e obrigatoriedade da Orientação Educacional nas escolas, incluindo Aconselhamento Vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade.

Entre as atribuições privativas do Orientador Educacional, figuram: planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em nível de Escola e Comunidade; planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional dos órgãos do Serviço Público Federal, Municipal e Autárquico, das sociedades e Economia Mista, Empresas Estatais, Paraestatais e Privadas.

Outras atribuições são: coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-a ao processo educativo global; coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando; coordenar o processo de informação educacional e profissional com vistas à orientação vocacional; sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando; sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial; coordenar o acompanhamento pós-escolar; ministrar disciplinas de Teoria e Prática das Orientações Educacionais satisfeitas às exigências da legislação específica do ensino; supervisionar estágios na área da Orientação Educacional; emitir pareceres sobre matéria concernente à Orientação Educacional.

A Orientação Educacional desenvolve a sua prática nas escolas, baseada no autoconhecimento, nas relações pessoais, sondagem de aptidões e interesses, informações sobre as profissões e mercado de trabalho. As técnicas de aconselhamento, entrevistas, aplicação de testes, inventário de interesses, sociogramas, atendimentos a problemas disciplinares pautam a ação cotidiana do Orientador Educacional.

As atribuições do Orientador Educacional são, há seu tempo, analisadas com fulcro na legislação vigente para, então, serem comparadas às orientações do Guia do Especialista em Educação Básica de Minas Gerais.

O último capítulo se incumbe de analisar o teor do Guia do Especialista em Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais à luz da legislação consultada e das expectativas da sociedade quanto à escola da atualidade e seu papel social e responder aos objetivos propostos diante das inquietações que justificaram esta pesquisa.

Diante das questões levantadas, discute-se a identidade dos pedagogos com diferentes habilitações, regidos por distinta legislação e que, no entanto, exercem as mesmas funções determinadas pelo Guia do Especialista em Educação Básica, no estado de Minas Gerais.

1.1 Justificativa

Faz-se necessário que a Pedagogia, sendo a herdeira dos ideais da modernidade, continuasse postulando seus ideais numa perspectiva ideal, todavia, no interior das condições de existência do mundo pós-moderno e não em oposição a elas. Muitos e importantes são os desafios e inquietações deste tempo para os que optam pela Pedagogia. E, ao analisar tais desafios e inquietações, entende-se que ou os pedagogos deixam tudo como está ou dão um salto de qualidade na formação profissional dos educadores.

Diante de novas realidades sociais desafiadoras, em tempo de globalização, persiste a exclusão social. E o desafio maior é construir uma escola includente, também escola atual, ligada no mundo econômico, político, cultural. Para lutar contra a exclusão social e por uma sociedade justa, que inclua todos, são necessários pedagogos com competência para coordenar e fazer funcionar uma escola interdisciplinar, coletiva, propondo e gerindo o Projeto Político Pedagógico, articulando o trabalho de vários profissionais e liderando a inovação - que saiba fazer essa produção da teoria e da prática através da própria ação pedagógica.

Aos pedagogos cabe a orientação curricular, a promoção da proficiência dos alunos e do seu bem-estar. As escolas carecem de pedagogos que tornem a organização escolar um ambiente de aprendizagem, um espaço de formação contínua, no qual os professores reflitam, analisem, criem novas práticas como pensadores e não como meros executores de decisões burocráticas. O momento educacional do país que pretende ser “pátria educadora” conclama os educadores a assumirem a missão pedagógica, investirem no ambiente de trabalho a fim de transformarem as escolas em espaços de aprendizagem, de formação continuada, aprendendo, dentro da escola, as novas exigências da profissão. Não se pode mais aceitar desvios de função do Especialista em Educação Básica, assessorando a Direção nas suas atividades puramente administrativas e de competência alheia.

O Quadro de Magistério de Minas Gerais contempla os cargos de Supervisor Pedagógico e de Orientador Educacional, inclusive fazendo-os constar entre os cargos efetivos para concurso público e, para designação temporária, por meio de resoluções anuais, faculta às escolas a escolha de um ou de outro Especialista, conforme o número de turmas e níveis de ensino ministrados.

Ambos os cargos são regidos por normatização específica, mas ocorre que o Guia do Especialista em Educação Básica, publicado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais em 2007, é considerado instrumento didático destinado à orientação e suporte do trabalho do Especialista em Educação Básica da Escola Pública e não faz distinção entre as funções do Supervisor Pedagógico e Orientador Educacional.

Guia, em seu sentido etimológico, significa caminho, orientação, sistematização, instrução, condução, sustentação, segurança, apoio, direção. O Guia do Especialista em Educação Básica é um recurso didático destinado à orientação e sustentação do trabalho do Especialista em Educação Básica nas atividades de planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação das ações educacionais, principalmente as ações de sala de aula. O documento é apresentado como contribuição para a sistematização do trabalho do Especialista, oferecendo propostas, sugestões e orientações de acordo com as políticas públicas educacionais do estado (MINAS GERAIS, 2007).

O referido Guia promove e incentiva o estudo, a análise e avaliação de situações do contexto escolar e sugere caminhos para a elaboração de propostas educacionais, reforçando as práticas pedagógicas interdisciplinares e contextualizadas pelas escolas, com foco no processo de ensino-aprendizagem e na melhoria do desempenho escolar.

Organiza-se em módulos e sua estrutura aborda três componentes principais: Dialogando com o Especialista em Educação Básica: componente com foco nas atividades escolares, planejamento integrado das ações, acompanhamento e avaliação dos resultados; Quadro Resumo das Atividades Mensais: apresentação de súmula mensal do trabalho do Especialista; Sugestões de Instrumentos de Apoio Pedagógico: para ação cotidiana do Especialista na escola de Educação Básica.

Diante das orientações do Guia, questiona-se sua coerência ou compatibilidade com a legislação que dispõe acerca das competências desses educadores. Ressalte-se que nem todo Orientador Educacional tem habilitação em Supervisão Escolar e vice-versa. O tratamento dispensado aos Especialistas em Educação Básica em Minas Gerais - Supervisor Pedagógico e Orientador Educacional - é idêntico e nisso reside a problemática discutida nesta monografia: seriam os Pedagogos, independente de sua especialização (habilitação), preferência da área de atuação, designação ou nomeação por concurso, obrigados a cumprir funções contidas nesse Guia, preterindo um planejamento coerente com sua especialidade? Seriam os Especialistas em Educação Básica generalistas aos olhos da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais?

Por se tratar de especializações distintas e cargos distintos, regidos por legislação também distinta, este trabalho arrola as atribuições de cada cargo, suas implicações pedagógicas, a ênfase de atuação de cada um dos profissionais e a legislação que regulamenta sua atuação, a fim de promover a análise comparada das suas atribuições legais com as orientações do Guia do Especialista em Educação Básica para verificar sua coerência.

Este trabalho pretende ser início de uma investigação e fazer um convite aos profissionais da educação para que deem continuidade à pesquisa e, em parceria com Secretaria de Estado de Educação, a Faculdade Calafiori possa oferecer sua contribuição, visto ser a instituição que, regionalmente, forma os Especialistas em Educação Básica.

Os questionamentos aqui explicitados, a necessidade de análise das questões apresentadas e a necessidade de ressignificação das funções dos Especialistas justificam o tema deste trabalho.

1.2 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo geral contextualizar a ação do Orientador Educacional e do Supervisor Pedagógico, ambos Especialistas em Educação Básica, a partir da análise do arcabouço legal que norteia o seu fazer pedagógico, das orientações da Secretaria de Estado da Educação e da atual demanda das escolas públicas.

1.3 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, a pesquisa pretende:

- Pesquisar a evolução histórica da Orientação Educacional e da Supervisão Pedagógica;
- Arrolar as atribuições legais do Orientador Educacional e do Supervisor Pedagógico;
- Conhecer o teor do Guia do Especialista em Educação Básica;
- Determinar o objeto da ação dos Especialistas;
- Comparar as determinações legais para ambas às especialidades;
- Concluir quanto à pertinência do tratamento e orientações dispensadas aos pedagogos pelo Guia do Especialista em Educação Básica.

1.4 Metodologia

A metodologia adotada é a pesquisa por revisão bibliográfica, de cunho qualitativo, com seleção de autores de elevado conhecimento na área de gestão e consulta a documentos legais pertinentes.

Segundo Silva (2005), realizar uma pesquisa com rigor científico pressupõe a escolha de um tema e a definição de um problema a ser investigada, a elaboração de um plano de trabalho e, após a execução operacional desse plano, a escrita de um relatório final, apresentado de forma planejada, ordenada, lógica e conclusiva.

Alguns atributos pessoais são desejáveis para ser um bom pesquisador. Para Gil (1999) *apud* Silva (2005), um bom pesquisador precisa, além do conhecimento do assunto, ter curiosidade, criatividade, integridade intelectual e sensibilidade social. Considera também importantes a humildade para ter atitude autocorretiva, a imaginação disciplinada, a perseverança, a paciência e a confiança na experiência.

Pesquisar significa, de forma bem simples, procurar respostas para indagações propostas. Minayo (1993) *apud* Silva (2005) considera a pesquisa como

Atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados (MINAYO, 1993, *apud* SILVA, 2005, p. 20).

Demo (1996) *apud* Silva (2005, p.19), considera a pesquisa um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. Pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que tem por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se têm informações para solucioná-lo.

Conforme Silva, em relação à pesquisa de cunho qualitativo,

(...) considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus

dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (SILVA, 2005, p.20).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos (Gil, 1991, *apud* Silva 2005), trata-se de uma pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na internet.

Para subsidiar essa discussão, são pesquisados autores que se dedicaram ao estudo de questões relativas às competências dos Especialistas em Educação Básica. Entre eles, Libâneo (2001), Giacaglia e Penteado (2011), Santos e Haerter (2004), Grinspun (2011), Rangel (2013), Carlos e Lodi (2012), Lück (2005), Giancaterino (1996), Freire (1998), Longo e Pereira (2011) e Falcão (2010). Afora as obras dos citados autores, também são consultados documentos legais.

São consultadas obras a partir da indicação de palavras-chave: Supervisão Pedagógica, Orientação Escolar e/ou Educacional, Guia do Especialista em Educação Básica, Pedagogia.

2 SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

A Supervisão Pedagógica (Educacional ou Escolar) constitui-se num trabalho profissional que tem o compromisso, juntamente com os professores, de garantir os princípios de liberdade e solidariedade humana, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e, para isso, assegurar a qualidade de ensino, da educação, da formação humana.

Afirma Ferreira (1999) que o Supervisor é aquele que assegura a manutenção da estrutura ou regime de atividades na realização de uma programação ou projeto. Ele tem, ou melhor, ele é uma influência consciente sobre determinado contexto, com a finalidade de ordenar, manter e desenvolver uma programação planejada e projetada coletivamente.

O Supervisor Pedagógico, conforme terminologia utilizada em Minas Gerais, faz parte do quadro da escola e tem a especificidade do seu trabalho caracterizada pela coordenação das atividades didáticas e curriculares e a promoção e o estímulo de oportunidades coletivas de estudo.

Conforme Alarcão (1996), no contexto brasileiro a Supervisão apresenta-se como uma prática relativamente recente. Remonta aos anos 70 e surgiu no cenário sociopolítico e econômico, historicamente, com a função de controle.

Rangel *et al.* (2001, p.12) relatam que:

A supervisão passa de escolar, como é frequentemente designada, à pedagógica e caracteriza-se por um trabalho de assistência ao professor, em forma de planejamento, acompanhamento, coordenação, controle, avaliação e atualização do desenvolvimento de processo ensino- aprendizagem. A sua função continua a ser política, mas é uma função sociopolítica crítica.

Na atualidade, o papel do Supervisor está atrelado à gestão da escola como um todo e ele busca, junto com o professor, minimizar as eventuais dificuldades do contexto escolar em relação ao ensino-aprendizagem.

Os conceitos sobre a função do Supervisor se configuraram a partir de práticas e paradigmas implícitos em discursos que legitimaram a ideologia dominante. Como o período da ditadura não é um fato histórico tão distante, muitos ainda não se desvencilharam totalmente de seus efeitos, o que é compreensível quando encontramos entendimentos acerca da Supervisão que remontam ao espírito ditatorial com manifestos numa linguagem e práticas

em consonância com termos como fiscalização e inspeção. A Supervisão Escolar é decorrente de uma política perpetuadora da estratificação social. A Supervisão Escolar surgiu como um meio de controlar o que já fora planejado em nível central.

De acordo com Silva Júnior e Rangel (1997), em seu início, a Supervisão Escolar foi praticada no Brasil em condições que produziam o ofuscamento e não a elaboração da vontade do Supervisor. E esse era exatamente o objetivo pretendido com a supervisão que se introduzia. Para uma sociedade controlada, uma educação controlada; um Supervisor controlador e também controlado.

O modelo democrático-participativo, assegura Libâneo (2001), tem sido influenciada por uma corrente teórica que compreende a organização escolar como cultura, não sendo a escola uma estrutura totalmente objetiva, mensurável, independente das pessoas. A escola mantém dependência íntima com as experiências subjetivas das pessoas e suas interações sociais, ou seja, com “os significados que as pessoas dão às coisas enquanto significados socialmente produzidos e mantidos” (LIBÂNEO, 2001, p.3).

A organização escolar é uma cultura, por isso, construída pelos seus próprios membros. E Libâneo (2001, p. 3) acrescenta:

Esta maneira de ver a organização escolar não exclui a presença de elementos objetivos, tais como as ferramentas de poder externas e internas, a estrutura organizacional, e os próprios objetivos sociais e culturais definidos pela sociedade e pelo Estado. Uma visão sociocrática propõe considerar dois aspectos interligados: por um lado, compreende que a organização é uma construção social, a partir da inteligência subjetiva e cultural das pessoas, por outro, que essa construção não é um processo livre e voluntário, mas mediatizado pela realidade sociocultural e política mais ampla, incluindo a influência de forças externas e internas marcadas por interesses de grupos sociais, sempre contraditórios e às vezes conflitivos.

O mesmo autor discorre sobre as relações solidárias, formas participativas da organização escolar “o planejamento, a organização e a gestão, a direção, a avaliação, as responsabilidades individuais dos membros da equipe e a ação organizacional coordenada e supervisionada” (Libâneo, 2001, p.3), pois atende a objetivos sociais e políticos determinados em relação à escolarização da população.

Para atender aos referidos objetivos sociais e políticos em relação à escolarização da população, o setor pedagógico da escola compreende as atividades de coordenação pedagógica e orientação educacional, conforme Libâneo (2001), sabendo-se que as funções desses especialistas variam conforme a legislação estadual e municipal, sendo que em muitos

lugares suas atribuições ora são unificadas em apenas uma pessoa, ora são desempenhadas por professores.

O Supervisor Pedagógico, como se denomina o cargo no Estado de Minas Gerais, supervisiona, acompanha, assessora e avalia as atividades pedagógico-curriculares. Sua atribuição prioritária é prestar assistência pedagógico-didática aos professores em suas respectivas disciplinas, no que diz respeito ao trabalho interativo com os alunos. Outra atribuição que cabe à coordenação pedagógica é o relacionamento com os pais e a comunidade, especialmente no que se refere ao funcionamento pedagógico-curricular e didático da escola e comunicação e interpretação da avaliação dos alunos (LIBÂNEO, 2001).

Nessa perspectiva, a Supervisão Escolar ou Pedagógica, eficiente será o que se compromete com o trabalho institucional coletivo. Em linhas gerais, o Supervisor Pedagógico deve apresentar em seu perfil características como: organização, dinamismo e comprometimento em seu trabalho; boas relações interpessoais; bom suporte teórico-metodológico, para acompanhar eficazmente a prática pedagógica institucional; disponibilidade para ouvir os anseios e angústias da sua equipe de trabalho e do alunado de forma geral; conhecimento acerca da administração escolar, entre outras.

Devido à amplitude de suas funções, destaca-se o seu papel político e, no seu exercício, o Supervisor é responsável em promover a leitura de sociedade e de mundo e sua prática deve contribuir para a atuação e responsabilidade de toda a comunidade educativa, tanto em relação à construção de conhecimentos quanto na busca da transformação da realidade social.

Em relação ao seu papel pedagógico, ele é encarregado de oferecer assessoramento teórico-metodológico a professores e, diante dos problemas educacionais cotidianos, oportunizar momentos de reflexões teórico - práticas, como articulador e coordenador de discussões acerca do processo ensino-aprendizagem, filosofia e política da escola etc.

Seu papel de liderança torna-o responsável em conduzir o caminhar pedagógico da escola. Espera-se dele inovação, organização, ousadia, criatividade, saber técnico e compromisso, de forma a atender às expectativas de seu grupo de trabalho.

A supervisão, analisada sob o aspecto das relações humanas, vê o Supervisor como aquele profissional que estabelece comunicação, articula ações, promove discussões entre os professores, ajuda os outros profissionais a melhorarem seu desempenho. O Supervisor é um articulador de ações e reações dentro da escola, é um coordenador das relações.

O objetivo da supervisão não é apenas o desenvolvimento do conhecimento, visa também o desabrochar de capacidades reflexivas e o repensar de atitudes, contribuindo para uma prática de ensino mais eficaz, mais comprometida, mais pessoal e mais autêntica.

A função de liderança vislumbra o aspecto de que o Supervisor lidera os professores, orientando-os no desempenho de suas funções. Sendo assim, a conceituação de supervisão pedagógica abrange diversos aspectos e não há como separar ou delimitar essa conceituação, pois o papel do Supervisor possui muitas dimensões. E, como se observa, tais dimensões vislumbram as funções administrativas, as curriculares, as instrucionais, as gerenciais e as relações humanas.

Segundo o autor Falcão Filho (2000), é possível perceber a Supervisão Pedagógica em três dimensões: dimensão política, humana e técnica.

A política educacional identifica a capacidade do Supervisor de perceber a escola, a sociedade e o sistema educacional como um todo. Inclui o entendimento e a compreensão de que a escola e todos os que nela atuam são interdependentes entre si e em relação à sociedade, pois estão inseridos em um contexto. Portanto, o Supervisor, em suas ações, deve ter clareza dessa dimensão política, compreendendo bem as causas e as consequências de toda essa interdependência, tendo nítido para si que suas ações serão escolhas influenciadas e terão efeitos em todo o contexto escolar.

No entanto, o Supervisor Pedagógico trabalhar de maneira eficaz e eficiente com os professores, em base individual e em situações de grupo. Essa competência exige considerável compreensão, aceitação, empatia e consideração pelos outros. O Supervisor deve ter a habilidade para motivar os professores, desenvolver atitudes favoráveis ao trabalho educativo, ao conhecimento e ao domínio de dinâmica de grupo, além da preocupação permanente com as necessidades humanas e o desenvolvimento das pessoas.

A competência técnica supõe compreensão e proficiência em métodos, processos, procedimentos e técnicas de organização de trabalho.

Rangel (1999) apresenta uma concepção de supervisão que tenta desconstruir as restrições tecnicistas e fiscalizadoras de sua trajetória histórica que ocorreram até as décadas finais do século XX.

[...] Na supervisão, o prefixo “super” une-se a “visão” para designar o ato de “ver” o geral, que se constitui pela articulação das atividades específicas da escola. Para possibilitar a visão geral, ampla, é preciso “ver sobre”; e é este o sentido de “super”, superior, não em termos de hierarquia, mas em termos de perspectiva, de ângulo de visão, para que o supervisor possa “olhar” o conjunto de elementos e seus elos articuladores. [...] a supervisão educacional traz, em si, uma conotação abrangente, que envolve os serviços

das instâncias intermediárias e centrais do sistema e da política da educação.
(RANGEL, 1999, p.76)

2.1 Objeto da Supervisão Escolar sob o olhar de uma educação libertadora

Na atualidade, discute-se amplamente a educação no seu sentido de formação humana, como tarefa que requer comprometimento e perseverança, visto que as mudanças não são imediatas. As transformações são decorrentes de ações coletivas, pois as ações isoladas não surtem efeito; a comunidade é chamada à participação em prol de uma educação de qualidade baseada na igualdade de direitos.

Nesse contexto, para o Supervisor Pedagógico, um dos grandes responsáveis pela educação escolar, deve opinar e expor seu modo de pensar e direcionar o trabalho pedagógico para que se efetive a qualidade na educação. O Prof. Dr. Roberto Giancaterino (1996) entende que o Supervisor se direciona para uma ação mais científica e mais humanística no processo educativo, reconhecendo, apoiando, assistindo, sugerindo, participando e inovando os paradigmas, pois tem sua “especialidade” nucleada na conjugação dos elementos do currículo: pessoas e processos.

Compreender e caracterizar a função supervisora no contexto educacional brasileiro não ocorre de forma independente ou neutra. Essa função decorre do sistema social, econômico e político e está relacionada a todos os determinantes que caracterizam a realidade brasileira.

O desenvolvimento da sociedade moderna é motivo de muita reflexão, principalmente pelo fato de a área educacional possuir muitos problemas diretamente vinculados às demais atividades sociais. Existe uma preocupação dupla: com a formação humana e com a forma com que o educando vem obtendo o conhecimento científico. Apesar de todos os obstáculos, acredita-se na viabilidade de fazer do ambiente escolar um espaço construtivo, que desperte o interesse do educando para aprender e fazer do professor um mediador do saber.

Trata-se de ignorar as velhas práticas educacionais e acreditar na possibilidade de construir uma sociedade onde o homem tenha consciência do seu papel e da sua importância perante o grupo.

Santos e Haerter (2004, p.3) advertem:

A necessidade de empreendermos tentativas de rompimento com verdadeiros “receituários” que todos nós professores tínhamos no sentido de “educar é assim”, “conhecimento é isso”, “é preciso cumprir o programa de conteúdos”, o que não nos causa estranhamento, uma vez que somos frutos de uma maneira bastante específica de ser, pensar, sentir e agir no

modo, identificada com a concepção cartesiana de conhecimento, que orientou e ainda orienta os conceitos e práticas relacionados à gestão e ao ensino na educação.

E, nesse cenário, os olhos se voltam para o trabalho do Supervisor Pedagógico, crendo na sua possibilidade de transformar a escola no exercício de uma função realmente comprometida com uma proposta política e não com o cumprimento de um papel alienado assumido.

A caracterização e as atribuições da Supervisão precisam ser definidas e assumidas pelo Supervisor-Educador. O Supervisor Pedagógico deverá ser capaz de desenvolver e criar métodos de análise para detectar a realidade e daí gerar estratégias para a ação; deverá ser capaz de desenvolver e adotar conceitos autônomos e não dependentes de muitos daqueles que vêm sendo empregados como modelo, pois um modelo de Supervisão não serve a todas as realidades.

Diante dessas atribuições, é possível afirmar que o papel do Supervisor Pedagógico seja de fundamental importância na escola, a fim de oportunizar a formação, integração e o fortalecimento dos diferentes segmentos que compõem a escola, na articulação do seu projeto educativo.

E a escola, espaço social do qual se espera a formação integral de cidadãos agentes de transformação social, só poderá apresentar uma boa qualidade na educação se houver uma harmoniosa articulação de objetivos entre todos os segmentos que compõem a escola. Nesse sentido, uma ação supervisora que busque a integração e tenha um olhar atento e diferenciado diante da realidade institucional será capaz de atender expectativas e desafios educacionais.

Como articulador de objetivos entre todos os segmentos que compõem a escola, o Supervisor possui uma função globalizadora do conhecimento através da integração dos diferentes componentes curriculares. Sem essa ação integradora, o aluno recebe informações soltas, sem relação uma das outras, muitas vezes inócua.

O conhecimento pode ser transformador para o aluno desde que tenha relação com a sua realidade e que os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento sejam inseridos à totalidade de conhecimento. Diante dessa atual demanda, uma das funções específicas do Supervisor Pedagógico é a socialização do saber docente, cabendo-lhe estimular a troca de experiências entre os professores, a discussão e a sistematização de práticas pedagógicas.

Medina (1997) afirma que no processo educacional Professor e Supervisor têm seu objeto próprio de trabalho: o do Professor atém-se ao que o aluno produz; o do Supervisor, ao que o professor produz. O professor conhece e domina os conteúdos lógico-sistematizados do

processo de ensinar e aprender; o Supervisor possui um conhecimento abrangente a respeito das atividades de quem ensina e das formas de encaminhá-las, considerando as condições de existência dos que aprendem.

O mesmo autor afirma que o Supervisor, tomando como objeto de seu trabalho a produção do professor, afasta-se da atuação hierarquizada e burocrática e passa a contribuir para um desempenho docente mais qualificado.

A complexidade do quadro educacional atual aponta, como objetivos educacionais urgentes, a formação integral do aluno e a melhoria na qualidade da educação. Novos desafios surgem quase que cotidianamente no contexto escolar, o que requer constantes reflexões, sobretudo acerca do papel do Supervisor Escolar em todo esse processo.

Passerino (1996, p. 39) arrola conceitos fundamentais da educação libertadora, sendo que estes se tornam suporte desta nova concepção do Supervisor Pedagógico:

- Práxis via análise do cotidiano - é preciso conhecer a realidade da sala de aula e os conceitos trazidos pela criança para refletir sobre métodos e metodologia do trabalho no espaço escolar;
- Diálogo inclui conflito - o diálogo permite que cada educando exponha seu modo de pensar, ainda que não seja coerente com a sua visão, e, para administrar os conflitos gerados, recomenda-se uma série de dinâmicas em grupo;
- Conscientização a partir da dúvida e do questionamento – o Supervisor deve confrontar as rotinas da escola com as novas ideias.

Considerando a “supervisão” desse profissional sob um olhar de educação libertadora, cabe-lhe ainda a análise do todo, o olhar globalizado e dialético.

- O método dialético supera a visão parcial – a utilização do método dialético proporciona uma visão objetiva de toda a realidade, permitindo a compreensão entre o velho e o novo e a adoção de estratégias para a superação das dificuldades encontradas;
- Participação crítica para a transformação – se a escola, segundo a visão de educação libertadora, colabora para a emancipação humana à medida que garante o conhecimento às camadas menos favorecidas da sociedade, o Supervisor deve orientar e estimular a concretização de um projeto transformador, reunindo esforços coletivos;
- Pela democracia, chega-se à liberdade – o trabalho do Supervisor deve ter como princípio os conceitos de liberdade e democracia, visando à efetivação de mudanças sociais (PASSERINO, 1996, p. 39).

Para Passerino (1996, p. 40), “o trabalho do Supervisor Educacional deve ser orientado pela concepção libertadora de educação, exige um compromisso muito amplo, não somente com a comunidade na qual se está trabalhando, mas consigo mesmo”. Esse é um compromisso político que o induz à competência profissional e acaba por refletir na ação do

educador, em sala de aula. Todavia, a tarefa do supervisor é muito difícil de ser realizada, exige participação para a integração em sua complexidade.

Conforme Freire (1990) *apud* Passerino (1996), a educação libertadora passou a inspirar novos conceitos que orientam uma nova sociedade baseada nos princípios de liberdade, de participação e de busca pela autonomia. Ao Supervisor Pedagógico não cabe impor critérios ou soluções, cabe-lhe ajudar na construção da conscientização necessária da luta para uma educação libertadora.

Ainda hoje há diversas e distintas concepções e paradigmas a respeito do ato da supervisão escolar, os quais instigam um estudo aprofundado, uma necessidade de compreender, mais amplamente, o especialista em supervisão escolar.

A supervisão é um processo dinâmico, contínuo e sistemático. Como já foi ressaltado, o Supervisor é um dos principais líderes do processo educativo, ou seja, é um dos grandes responsáveis pela melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Pode-se afirmar que o Supervisor é concebido como um profissional que tem a função de orientar e de dar assistência aos educadores mediante todos os aspectos sejam educacionais, pedagógicos, como também sociais. O papel primordial do Supervisor Pedagógico é o de ser o mediador e colaborador das atividades educativas desenvolvidas pelo professor. O Supervisor é aquele que orienta, aprende e ensina, tornando-se um parceiro no processo educativo.

Afirma Nérici (1978) *apud* Carlos e Lodi (2012, p. 60, 61), que “A supervisão escolar visa à melhoria do processo ensino-aprendizagem, para o que tem de levar em conta toda a estrutura teórica, material e humana da escola”. Porém, observa-se, não raras vezes, que esse profissional exerce apenas a função de cuidar da escola, seja no aspecto organizacional, administrativo ou gerencial. A ação do Supervisor não se limita à tarefa de gerência, requer liderança, viabilizando a articulação entre o administrativo e o pedagógico.

Para que esta função seja efetiva, o Especialista da área da supervisão deve ter pleno conhecimento da didática para poder dar apoio aos professores. O Supervisor Pedagógico deve acompanhar a prática dos docentes, ajudando-os a tornarem-se os Supervisores da sua própria prática. A convivência profissional deve se pautar em constante interação, diálogo e troca de experiências, com vistas ao processo de ensino e aprendizagem significativo e contextualizado.

A atuação do Supervisor se desenvolve por meio de três etapas: planejamento, acompanhamento e controle.

Alguns aspectos relevantes do planejamento, como lembra Nérici (1978) *apud* Carlos e Lodi (2012), são: determinar ou reformular o currículo, organizar o calendário escolar, prever diversos tipos de reuniões, prever cooperação na elaboração dos planos de ensino e das normas de verificação e avaliação da aprendizagem, refletir sobre a vida disciplinar da escola, levantamento da realidade dos alunos e do meio, selecionar métodos e técnicas de supervisão contextualizadas, dentre outras.

Na etapa de acompanhamento, o Supervisor analisa constantemente se todos os planejamentos estão sendo executado com eficiência, o que lhe permite observar a atuação e o desempenho dos educadores, para orientá-los. O acompanhamento orienta possíveis replanejamentos, quando necessários.

A fase de controle caracteriza-se pela análise acerca dos resultados obtidos; nela há a avaliação do rendimento escolar, a observação da mudança de comportamento dos educandos, a análise de dados obtidos para recomendação de meios de intervenção capazes de sanar as deficiências levantadas no processo.

Com o passar do tempo o acompanhamento supervisionado, percebe-se que a função do Supervisor Pedagógico sofreu diversas mudanças significativas, passando por distintos perfis, tais como o de fiscalizador, controlador espontâneo, inspetor e, atualmente, tem-se a visão do Supervisor como parceiro e companheiro do trabalho pedagógico. A função principal é de orientar para a ação educativa abrangente, dentro dos princípios legais e de formação integral.

2.2 Períodos Históricos e Evolução da Concepção de Supervisão Pedagógica – uma retrospectiva histórica

Historicamente, o trabalho do Supervisor esteve ligado ao controle, à inspeção ou ao repasse de técnicas aos professores. Contudo, no contexto escolar atual, o Supervisor tem um papel político, pedagógico e de liderança no espaço escolar, devendo ser um constante pesquisador e articulador de todas as esferas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem, de modo a assegurar a qualidade na educação.

Segundo as pedagogas Carlos e Lodi (2012), quando se pretende repensar a ação supervisora nas instituições escolares, convém que se faça uma análise na linha do tempo, uma retrospectiva histórica, percorrendo fatos e conceitos da história da supervisão educacional, para entendê-la em suas origens e em seus avanços. No Brasil, a Supervisão Pedagógica é uma profissão relativamente recente.

A Supervisão originou-se na indústria, relacionada com a produção. Antes de ser contemplada na educação, a supervisão era empregada na indústria como uma forma de melhoria da qualidade e da quantidade.

A partir de 1900, segundo Carlos e Lodi (2012), a supervisão se integra à educação, com objetivo de melhorar o desempenho da escola mediante a ação do Supervisor, voltando sua atenção às necessidades do educando. Posteriormente, no ano de 1920, a supervisão dirigiu-se para a eficiência do professor, buscando orientá-lo para mudanças didáticas às quais permitissem um maior rendimento escolar. Em torno da década de 30, a supervisão sofreu influências de grandes estudiosos sociais e passou a priorizar mais a cooperação e a coordenação dos professores em suas ações pedagógicas.

Com a Reforma Francisco Campos, foi decretada a Lei 19.890 de 18/4/1931, a qual veio diferenciar a orientação escolar da mera concepção de fiscalização.

De acordo com Nérici (1978) *apud* Carlos e Lodi (2012), no período de 1940 a 1960, a supervisão teve preocupação de sensibilizar o professor para a pesquisa, entendendo que o educador tivesse necessidade de tomar consciência de suas dificuldades para, então, buscar orientação necessária, melhorar sua atuação e superar suas dificuldades.

O Decreto-Lei 4.244 de 9/4/1942 promulgou a Lei Orgânica do Ensino Secundário, cujo artigo 75, §1º, dispõe que “a inspeção far-se-á, não somente sob o ponto de vista administrativo, mas ainda com o caráter de orientação pedagógica, aplicando-se, dessa forma, às atividades da inspeção.

Em 1953, com o amparo do Decreto-Lei 34.638 de 14/11/1953, foi realizada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades), com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino por meio do treinamento de recursos humanos, oferecendo aos inspetores da época subsídios para a formação e a fundamentação de seu trabalho nas escolas, enfatizando, sempre, o caráter pedagógico (LIMA, 2008, *apud* CARLOS; LODI, 2012). E, ainda na década de 50, por meio de “uma política de alianças” entre Brasil e Estados Unidos, a inspeção surgiu de maneira mais contemporânea. Assim, houve a garantia e a efetivação de uma política desenvolvimentista orientada pela ideia da educação voltada para a transformação social. A Supervisão Escolar foi então classificada e nominada legalmente, através de um protótipo americano, em que prevaleciam os métodos e técnicas de ensino.

A Supervisão Escolar se instalou a partir de cursos promovidos pelo Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar (PABAE), o primeiro a formar Supervisores Escolares para atuarem no ensino elementar (primário) brasileiro. A finalidade era modernizar e melhorar a qualidade do ensino e a formação dos professores.

De acordo com Carlos e Lodi (2012, p. 57), era intenção do PABAE:

Introduzir e demonstrar aos educadores brasileiros os métodos e técnicas utilizados na educação primária, promovendo a análise, aplicação e adaptação dos mesmos, a fim de atender às necessidades comunitárias em relação à educação, por meio do estímulo à iniciativa do professor, no sentido de contínuo crescimento e aperfeiçoamento. Criar, demonstrar e adaptar material didático e equipamento, com base na análise de cursos disponíveis no Brasil e em outros países, no campo da educação primária.

O Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE) foi apontado como a grande novidade educacional brasileira, tendo repercussão de 1957 a 1963, devido a seu caráter inovador na área pedagógica, preocupando-se com meios que possibilitassem a reforma educacional.

Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 4.024 de 20/12/1961, as transformações ocorridas no campo da supervisão foram retomadas para o “Ensino Primário”. Referindo-se ao artigo 52 dessa LDB, Carlos e Lodi (2012, p.58) afirmam que “o ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relacionados à educação da infância”.

Os governos estaduais e municipais assumiram a administração dos encargos de organização e execução de todo o sistema educacional. Ao Governo Federal coube definir as metas a serem alcançadas em todo o país e uma ação supletiva às deficiências regionais, por meio de auxílio financeiro e de assistência técnica. O princípio de descentralização administrativa em nível de execução também ocorreu em relação à inspeção, delegando aos Estados a incumbência de organizar esse serviço, referente ao ensino primário e médio.

A partir da política do governo pós-64, a educação tornou-se o principal assunto de interesse econômico e de segurança nacional. Nos diversos sistemas educacionais das unidades federativas, a supervisão escolar passou a ter a função de controlar a qualidade do ensino e de criar condições necessárias para a melhoria da qualidade do ensino. Exigia-se do Supervisor a formação em nível superior.

Segundo Saviani *apud* Carlos; Lodi (2012, 58),

(...) como as demais habilitações educacionais criadas e oficialmente institucionalizadas na educação brasileira, a partir da regulamentação da lei 5540/68, a supervisão escolar passa a ter sua formação em cursos de graduação, sendo processada a partir da linha em que se davam os cursos promovidos pelo Pabae.

Constata-se, porém, que a atuação dos Supervisores no sistema educacional reforçou a divisão do trabalho na escola. A supervisão conheceu diferentes fases históricas.

Nérici (1978) *apud* Carlos e Lodi (2012, p. 57) refere-se à Fase Fiscalizadora como sendo demarcada pela característica do Supervisor direcionar o seu trabalho mais para a função técnica e administrativa. Tal ação era voltada para o cumprimento das leis de ensino, das condições do prédio, das situações legais dos docentes, do cumprimento das datas e prazos de atos escolares (provas, transferências, matrículas, férias, documentação dos educandos, dentre outros).

Os padrões rígidos e inflexíveis foram adotados em todo o país, ignorando o respeito com as diferenças e individualidades de cada região e/ou de cada instituição e aluno.

A segunda fase foi conhecida como Fase Construtiva e/ou Supervisão Orientadora e caracterizada pelo reconhecimento da necessidade de melhoria na atuação dos professores. Os especialistas em supervisão passaram a promover cursos de aperfeiçoamento e atualização dos professores. A partir da identificação de “erros” praticados pelos professores na atuação docente em sala de aula, buscava seu saneamento por meio de novos conceitos e metodologias.

De acordo com Carlos e Lodi (2012, p. 59), que se remete a Nérici (1978), na Fase Criativa, a supervisão separou-se da inspeção escolar e passou a ter como principal finalidade o aprimoramento de todo o processo ensino-aprendizagem. O Supervisor, nessa fase, tem a responsabilidade de incentivar o envolvimento coletivo no âmbito educacional (professores, pais, alunos, funcionários em geral). O objetivo é a participação ativa de todos nas decisões escolares, de um trabalho cooperativo e democrático.

Em diferentes sistemas e instituições educacionais, verifica-se a inexistência de unidade na conduta dos profissionais. A Supervisão Escolar autocrática convive com a Supervisão Escolar democrática.

A supervisão autocrática prioriza a ação autoritária do Supervisor, que determina todas as ordens, sugestões e direções para a melhoria do processo de ensino. Esse tipo de supervisão emite ordens e controla o seu cumprimento, funcionando como sendo capaz de encontrar soluções para todas as dificuldades, qual repositório da sabedoria didático-pedagógica. Essa forma de supervisão procura impor-se pela autoridade e pela intimidação, ao invés de captar a confiança e desenvolver a cooperação entre ele e o professor, não utilizando da possível cooperação entre as partes, sacrificando o seu espírito criador, dentre outras.

A supervisão escolar democrática baseia-se na liberdade de expressão, respeito, compreensão e criatividade. O trabalho supervisivo não é feito de forma impositiva, pelo

contrário, sua atuação é democrática e envolve todos como responsáveis pelas decisões escolares. Sua postura demonstra habilidade de respeitar a individualidade dos seus companheiros de trabalho, estimular a iniciativa e criatividade dos professores e aplicar possíveis normas de relações humanas, estimulando o espírito de grupo entre os protagonistas do processo ensino-aprendizagem.

Segundo síntese do Instituto Brasileiro de Ensino Supervisão Escolar – Caderno de Fundamentos e Métodos de Supervisão Escolar, a história da Supervisão Escolar no Brasil pode ser dividida em seis momentos, destacando algumas datas e seus respectivos acontecimentos que tiveram grande marco no processo escolar.

1- O primeiro momento (Gêneses): - 1835 – Inspectores Escolares (avaliação da eficiência didática);

O segundo momento (Consolidação): - 1920 – regulamentação do ensino primário e normal 1928; Curso pós-normal; Tinha por objetivo formar assistentes técnicos de ensino; - 1948 – CAE – Instituto de Educação 1956.

O terceiro momento (institucionalização) – 1969 – Formação do Supervisor de nível superior (lei 5.540/68); - 1971 – Lei 5.692/71 – Estatuto do magistério; -1977 – Estatuto do magistério de Minas Gerais (10/1977) – ideologia do poder;

O quarto momento (críticas e necessidades de redefinições de funções) – 1978 a 1982 – Criação de associação para defender às classes dos supervisores e orientadores;

O quinto momento (interação supervisor e orientador) – 1988 – Ação integrada; - 1988 – FENASE (federação nacional de supervisores escolares) situada em Brasília;

O sexto momento (parceria) em 1996 Lei 9.394/96 (LDB) Formação do supervisor está regulamentado no artigo 64. Supervisor: Parceiro político-pedagógico do professor na realização do PDE (IBE, 2015, p.12).

O Caderno de Fundamentos e Métodos tem como objetivos apresentar seus principais pressupostos e investigar como esta área atua na organização do trabalho pedagógico da escola. Do mesmo modo, busca investigar como é o trabalho do coordenador pedagógico e como este se comporta frente aos desafios da escola.

2.3 Atribuições Legais do Supervisor Pedagógico

A equipe técnica-pedagógica que trabalha nas escolas é constituída pelos Especialistas em Educação, egressos das diferentes habilitações do Curso de Pedagogia. O fato de terem formação acadêmica semelhante, de atuarem no mesmo espaço físico e de visarem objetivos comuns torna não só difícil como necessária a delimitação clara das atribuições de cada

profissional, contribuindo para a melhor compreensão dos respectivos papéis, maior facilidade na execução, controle e avaliação das tarefas e melhor integração da equipe técnica.

Em contrapartida, o desconhecimento das atribuições e de seus limites claros pode gerar expectativas infundadas quanto ao desempenho de cada especialista, lembra Giacaglia e Penteado (2011).

Dadas à necessidade e a importância da explicitação das atribuições, os profissionais da área de educação, os sistemas públicos de ensino, por meio de decretos que estatuem o regimento interno para as escolas de cada rede (Federal, Estadual ou Municipal) definem o rol das atribuições de cada Especialista em Educação Básica.

É imprescindível que o Supervisor saiba articular o administrativo com o pedagógico. O especialista da área da supervisão, como dito anteriormente, deve conhecer a didática para apoiar os professores. Nessa perspectiva, a partir de 1975, a Supervisão passou a englobar as atividades de assistência técnico-pedagógica e de inspeção administrativa, tornando-se mais abrangente, com condições de melhoria na qualidade do ensino.

Nos anos 1980, difundiu-se uma crítica à divisão de trabalho na escola, direcionada especialmente à supervisão. Diante das teorias conflitantes de currículo, o supervisor sentiu-se impotente para definir o seu trabalho pedagógico. Entretanto, nos anos 1990, o papel do Supervisor passou a ser visto como necessário para a organização, o encaminhamento pedagógico e como um agente de mudanças na Educação, em busca da qualidade pedagógica.

A Resolução nº 7150, de 16 de junho de 1993, define as atribuições dos Especialistas da Educação, que inclui Supervisores Pedagógicos e Orientadores Educacionais.

Art. 1.º - É papel do especialista da educação (supervisor pedagógico ou orientador educacional) articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando o trabalho dos coordenadores de área, dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino - aprendizagem pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família.

Dentre as funções previstas pela referida Resolução para o Supervisor Pedagógico e o Orientador Educacional, destacam - se: o papel que o supervisor escolar deve desempenhar para torná-lo efetivamente um instrumento de intenções e ações de qualidade no ensino e na aprendizagem constata-se que essa maneira organizacional de reestruturar a educação possibilita para toda a comunidade escolar uma administração, supervisão e coordenação pedagógica ética, permitindo que todas as ações desenvolvidas pela escola sejam transparentes. Além disso, foi possível verificar que a organização do ensino deve ter como

princípio a valorização da ética profissional através do qual possibilitará a concretização de novos saberes, ideias e metas garantindo assim, a participação efetiva e coletiva na tomada de decisões e planejamento de ações concretas que compreendem o Projeto Político-Pedagógico.

Portanto, diante da complexidade da sociedade, há muito por se fazer na educação para que ela seja humanizadora na transformação da realidade, pois ainda existe uma dicotomia entre os fundamentos teóricos e práticos que sustentam a prática pedagógica do supervisor escolar e demais profissionais que atuam na escola. Diante disso, acreditamos que isto implica mudar concepções e, principalmente mudar de paradigmas pré-estabelecidos para a educação. Esse talvez seja um dos inúmeros desafios que o supervisor escolar deverá enfrentar no cotidiano escolar, pois as pessoas pensam e agem diferentes, ocasionando, na maioria das vezes, disputa de poder, deixando a educação em segundo plano.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394, de 20 de dezembro de 1996, art. 64, estabelece que a formação de profissionais de educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós - graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós - graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996).

Desta forma, torna - se evidente a liberdade dada às instituições de ensino superior para estabelecer cursos de formação para todos esses profissionais, respeitando a “base comum nacional”.

É interessante registrar que o Projeto de Lei nº 290/2003 do Deputado Nelson Häter, que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional, ou Supervisor Escolar, e dá outras providências, ainda se encontra no Congresso Nacional, à espera de análise e votação. O Projeto de Lei nº 290/2003 dispõe que:

Art. 2º – O Supervisor Educacional, ou Supervisor Escolar, tem como objetivo de trabalho articular crítica e construtivamente o processo educacional motivando a discussão coletiva da Comunidade Escolar acerca da inovação da prática educativa a fim de garantir o ingresso, a permanência e o sucesso dos alunos, através de currículos que atendam às reais necessidades da clientela escolar, atuando no âmbito dos sistemas educacionais Federal, Estadual e Municipal, em seus diferentes níveis e modalidades de ensino e em instituições públicas e privadas.

E o Projeto de Lei nº 290/2003 especifica a formação exigida para exercício do cargo de Supervisor Pedagógico.

Art. 3º – O exercício da profissão de Supervisor Educacional, ou Supervisor Escolar, é exclusivo dos portadores de diploma de curso superior, devidamente registrado pela Universidade formadora e/ou por Universidade indicada pelo Conselho Nacional de Educação, nas seguintes modalidades.

I – de licenciatura plena em Pedagogia, habilitação em Supervisão Educacional, ou Supervisão Escolar;

II – de pós-graduação em Supervisão Educacional, ou Supervisão Escolar;

III – emitido por instituições estrangeiras de ensino superior, congênere, devidamente revalidado e registrado como equivalente ao diploma mencionado nos incisos I e II, na forma da legislação em vigor.

Quanto às suas atribuições profissionais, reitera a liderança do Supervisor Pedagógico na coordenação da proposta pedagógica e demais documentos que orientam o funcionamento da escola como instituição de ensino.

Art. 4º – São atribuições do Supervisor Educacional, ou Supervisor Escolar, a coordenação do processo de construção coletiva e execução da Proposta Pedagógica, dos Planos de Estudo e dos Regimentos Escolares, além das seguintes:

I – investigar, diagnosticar, planejar, implementar e avaliar o currículo em integração com outros profissionais da Educação e integrantes da Comunidade;

II – supervisionar o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidos legalmente;

III – velar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes nos estabelecimentos de ensino;

IV – assegurar processo de avaliação da aprendizagem escolar e a recuperação dos alunos com menor rendimento, em colaboração com todos os segmentos da Comunidade Escolar, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino;

V – promover atividades de estudo e pesquisa na área educacional, estimulando o espírito de investigação e a criatividade dos profissionais da educação;

VI – emitir parecer concernente à Supervisão Educacional;

VII – planejar e coordenar atividades de atualização no campo educacional.

VIII – propiciar condições para a formação permanente dos educadores em serviço;

IX – promover ações que objetivem a articulação dos educadores com as famílias e a comunidade, criando processos de integração com a escola;

X – assessorar os sistemas educacionais e instituições públicas e privadas nos aspectos concernentes à ação pedagógica.

A função do supervisor escolar está centrada na ação pedagógica, processos de ensino e aprendizagem. Entendemos que o papel do supervisor escolar é muito importante, junto ao corpo docente e discente e toda equipe técnica escolar; não apenas um solucionador de

problemas, mas também que o mesmo desenvolva trabalhos relacionados à prevenção da indisciplina na escola.

Visto que a indisciplina está relacionada não apenas a um problema único, mas que muitas vezes acaba envolvendo aspectos relacionados à família, situações sociais, escola, comunidade, entre outros; cabe ao supervisor possibilitar métodos que auxiliem na ação/reflexão das práticas pedagógicas.

A Câmara analisa também proposta que regulamenta a profissão do Supervisor Pedagógico em instituições públicas e privadas de ensino. De acordo com o texto, para exercer a função, o profissional precisa ter formação superior em pedagogia ou pós-graduação em supervisão educacional. Para ser aceitos, diplomas expedidos por instituições estrangeiras deverão ser revalidados por universidades públicas brasileiras de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O deputado Ademir Camilo (PSD-MG), autor da proposta (PL 4106/12), afirma que seu objetivo é definir critérios que permitam à sociedade avaliar a qualidade dos serviços prestados por este profissional.

A regulamentação, de maneira geral, estabelece que ele coordenará e contribuirá nas atividades de planejamento, execução, controle e avaliação do projeto político pedagógico da unidade educativa, juntamente com a direção, especialistas e professores. O texto ainda especifica como atribuições do Supervisor Educacional:

- Coordenar, junto com os professores, o processo de sistematização e divulgação das informações sobre o educando, para conhecimento dos pais;
- Supervisionar o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidos legalmente;
- Orientar e acompanhar os professores no planejamento e desenvolvimento dos conteúdos;
- Planejar e coordenar atividades de atualização no campo educacional;
- Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando;
- Acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica da escola e o trabalho do professor junto ao aluno, auxiliando em situações adversas;
- Participar da análise qualitativa e quantitativa do rendimento escolar, junto aos professores e demais especialistas, visando a reduzir os índices de evasão e repetência, e qualificar o processo ensino-aprendizagem; e
- Valorizar a iniciativa pessoal e dos projetos individuais da comunidade escolar; entre outras (BRASIL, 2012).

Pelo texto, para todos os efeitos legais, Supervisor Educacional é sinônimo de Supervisor Escolar e de Supervisor Pedagógico. O projeto prevê ainda que esses profissionais possam se organizar em entidades de classe. A proposta tramita em caráter conclusivo e será

analisada pelas comissões de Educação e Cultura; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Projeto 290/2003 e a PL 4106/12 são coerentes com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 - que, em seu artigo 64, dispõe sobre a formação do Pedagogo – Especialista em Educação Básica – sem especificação de especialidades do curso.

3 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

O aluno é um ser em formação e necessita de orientação de diferentes instituições, desde a família até a igreja ou o clube que frequente. Nem sempre essas instituições têm conseguido executar, a contento, a parcela que lhes cabe na educação.

No que se refere à família, principal instituição educativa, nota-se o despreparo dos pais e a ausência da mulher que hoje trabalha a fim de contribuir para que a família tenha melhores condições de vida.

A maior parte do dia o aluno passa dentro da escola, sendo assim espera-se que esse período seja bem mais do que a transmissão de conhecimentos. É a instituição mais bem aparelhada para exercer influência sistemática e científica na educação dos jovens, mas o sistema educacional apresenta baixo rendimento da aprendizagem e, consequentemente, altos índices de repetência e de evasão; a escola não está realizando com eficiência a sua tarefa precípua, que é o ensino.

São numerosos e diversificados os fatores que causam o fracasso escolar e a educação não pode se esgotar unicamente na relação professor-aluno. Outra função, complementar ao processo ensino-aprendizagem, é a Orientação Educacional, concebida como um processo sistemático e contínuo que se caracteriza por ser uma assistência profissional realizada por meio de métodos e técnicas pedagógicas e/ou psicológicas, exercida direta ou indiretamente sobre os alunos, levando-os ao conhecimento de suas características pessoais e do ambiente sociocultural, a fim de que tomem decisões apropriadas às melhores perspectivas de seu desenvolvimento pessoal e social, torna-se cada vez mais necessária.

A Orientação Educacional é considerada uma ação importante na melhoria dos padrões educacionais em países nos quais se destinam recursos significantes à educação. Não se trata de um recurso adicional para o aprimoramento da escola, mas responde à necessidade urgente de demandas do desenvolvimento pessoal e social do aluno. Longo e Pereira (2011), Pascoal, Honorato e Albuquerque (2008) têm o mesmo entendimento.

Dadas a necessidade e a importância que a Orientação Educacional assume nas escolas brasileiras, é preciso pensar no preparo adequado dos recursos humanos destinados a essa área, preparo esse que deve incluir, necessariamente, o domínio dos fundamentos teóricos da ação e o conhecimento da parte prática correspondente ao exercício das atividades profissionais do Orientador Educacional. É indispensável, pois, o conhecimento da realidade

escolar brasileira a fim de que possam ser colocados, de modo eficiente, na prática, esses princípios.

Todo Orientador Educacional é um educador assim como todo professor. A função da educação é possibilitar a tomada de consciência das potencialidades do indivíduo para que ele escolha e assuma a direção de seu próprio destino e o papel da orientação educacional só tem sentido de existência quando se preocupa com a realização do ser individual mais do que com a realização do ser social, visto que um decorre do outro.

Segundo Longo e Pereira (2011, p. 187),

Cabe ao orientador educacional, em sua prática educativa com os professores, assessorá-los no acompanhamento e compreensão de sua turma, integrar-se às diversas disciplinas visando ao desenvolvimento um trabalho comum e à formulação das habilidades didático-pedagógicas a serem desenvolvidas com os alunos. Encaminhar e avaliar as relações entre os alunos e a escola, bem como buscar uma ação integrada com a coordenação pedagógica e os professores, obtendo a melhoria do rendimento escolar, por meio de bons hábitos de estudo.

O educando tem inúmeras possibilidades de se desenvolver, contudo o Orientador Educacional da instituição pode ajudá-lo a discernir por algo que possa engrandecê-lo a partir de normas já determinadas. Para a escolha é preciso conhecer opções - saber e liberdade estão unificados. Por sua vez, o ser ao qual se educa toma, por meio do conhecimento, consciência do mundo que o rodeia e do mundo cultural que gerações anteriormente construíram. O conhecimento é adquirido a partir da instrução advinda da educação; a educação propicia ao indivíduo compartilhar da totalidade das coisas.

A função do Orientador na escola deve contribuir efetivamente para o ensino.

O orientador educacional deve ser o agente de informação qualificada para a ação nas relações interpessoais dentro da escola, adotando a prática da reflexão permanente com professores, alunos e assumir posturas isoladas, pois a excelência de seu papel é a mediação qualificada, se há disputa entre o orientador e os demais envolvidos, isso é tão visível quanto tangível. Sua formação deveria ser precisa, mas na prática atuam nessa função vários tipos de profissionais. Além do aspecto da formação, também enfrentamos a variação de modelos. A presença do orientador educacional na escola (mesmo que isso seja obrigatório por lei) significa, portanto, que houve a escolha de determinado tipo de atuação e, por consequência, de um modelo. No panorama de enfrentamento, quando ele está presente, há que perguntar qual é o modelo de orientação educacional que a escola quer, pois, sem essa informação, poderemos estar diante da evidência de um equívoco permanente e de mais um problema num campo que, por excelência é o da resolução de problemas (CONCEIÇÃO, 2010, p. 49 *apud* LONGO; PEREIRA, 2011, p 187, 188).

A orientação educacional tem o aspecto humano formador dentro da escola e esta tarefa deve ser coletiva. Longo e Pereira (2011) afirmam que o Orientador Educacional pode ajudar na opção de escolha do educando, mas que tal escolha implica em autoconhecimento e a determinação de uma lei moral. Ainda, que esse conhecimento é obtido a partir de várias formas, as quais não são limitadas a uma determinada e padronizada atuação numa saleta obscura, onde o especialista intente a ajudar o educando a incorporar noções provenientes dos mais diversos ambientes. Apoiar e compreender são fatores decisivos para a atuação do Orientador junto daquele que pretende auxiliar na sua determinação.

Para Longo e Pereira (2011) orientador Educacional cabe conversar com os alunos que enfrentem dificuldades de aprendizagem para, juntos, encontrarem estratégias para a solução de problemas. Além de resolver problemas de aprendizagem, o Orientador deve trabalhar para evitar sua ocorrência. A orientação de estudos é de grande valia; os alunos devem aprender a estudar de forma eficiente.

Para que haja possibilidade de atuação da orientação, é preciso que a necessidade, aspirações, interesse e capacidade das crianças e adolescentes sejam claramente conhecidos. A orientação educacional aparece como aspecto humano formador dentro da escola, por sua vez, o orientador sozinho não conseguirá realizar esta tarefa, pois a educação é um complexo global. O orientador pode ajudar na opção de escolha do educando, porém essa escolha implica em autoconhecimento e a determinação de uma lei moral.

3.1 Objeto da Orientação Educacional

As mudanças socioeconômicas e culturais ocorridas na sociedade brasileira exigiram da escola a reformulação de suas funções tradicionais, a redefinição de seu papel e a criação de novos serviços; o número de pessoas envolvidas no processo educativo foi acrescido e a complexidade da instituição. De acordo com Barros (2011) a responsabilidade pelo desenvolvimento integral do educando, em seus múltiplos aspectos: físico, intelectual, escolar, social, emocional, moral, vocacional, profissional, enfim, os aspectos em relação ao qual a criança e o adolescente se desenvolvem, enquanto nela permanecem.

No início do exercício de suas funções, o Orientador Educacional se depara com as tarefas de planejamento e a elaboração do plano da escola e do plano do Serviço de Orientação Educacional, necessitando, para tanto, conhecer as características da escola e da comunidade, os fundamentos para a formulação de objetivos em educação, estratégias adequadas à sua atuação, bem como instrumentos e técnicas úteis para essas tarefas,

conhecendo suas atribuições legais privativas e não privativas, alertado sobre os princípios éticos que devem reger o seu comportamento profissional.

O Orientador Educacional necessita também conhecer e manter contato com as famílias dos alunos, a fim de colaborarem para o bom aproveitamento escolar do alunado, integrarem-se com a equipe técnica e docente para atuar em relação aos aspectos morais, cívicos e religiosos, bem como nas áreas do desenvolvimento físico, emocional e vocacional dos educandos.

À medida que o trabalho se desenvolve e o Serviço de Orientação Educacional se organiza, o Orientador Educacional pode incluir nas suas atividades a supervisão de alunos estagiários e o acompanhamento pós-escolar, duas atribuições importantes para a formação do Orientador Educacional, dos alunos e para a própria Orientação Educacional.

As técnicas de medidas e de avaliação mais empregadas em Orientação Educacional e, em particular a técnica sociométrica, também devem ser de amplo domínio deste profissional.

O Orientador Educacional ficou conhecido como responsável por encaminhar os estudantes considerados “problema” a psicólogos. Aos poucos, perdeu este rótulo antigo e pejorativo e atualmente trabalha intermediando os conflitos escolares e ajudando os professores a lidarem com alunos com dificuldade de aprendizagem. Ele precisa construir uma relação de confiança que lhe permita administrar os diferentes pontos de vista, ter habilidade de negociar e prever ações, lembra Almeida (2009) *apud* Longo e Pereira (2011).

Na abrangência de suas funções, o Orientador Educacional mantém reuniões periódicas, preferencialmente semanais, com as classes, a fim de mapear problemas, dar suporte a crianças com questões de relacionamento e estabelecer parceria com as famílias, quando há a desconfiança de que a dificuldade esteja em casa.

Recentemente, o orientador passou a atuar de forma a atender os estudantes levando em conta que eles estão inseridos em um contexto social, o que influencia o processo de aprendizagem. [...] faz menção que essa mudança tem a ver com a influência de teóricos construtivistas, como Jean Piaget (1896 -1980), Lev Vygostky (1896 – 1934) e Henri Wallon (1879 – 1962), nos projetos pedagógicos das escolas, cada vez mais pautados pela psicologia do desenvolvimento – o estudo científico das mudanças de comportamento relacionados à idade durante a vida de uma pessoa (ALMEIDA, 2009, *apud* LONGO; PEREIRA, 2011, p. 190).

O hábito de estudo dos alunos é inconstante, especialmente porque a estimulação social cresce de forma avassaladora. A falta de estudo permanente ocasiona o desespero e a corrida de preparação às vésperas das provas, em seguida, estabelecendo-se o fracasso dessa estratégia. É tarefa da escola ensinar o aluno a estudar de acordo com as expectativas do

segmento. É desejável também a criação de espaços de estudos monitorados, paralelos e simultâneos ao momento pedagógico, exercido em classe e nas diferentes disciplinas. Trata-se de uma preocupação do Orientador Educacional.

Faz-se necessário aprimorar a reflexão e o debate coletivo dos jovens em torno de questões práticas, as quais podem ser explicadas pela ciência, mobilizando assim o aluno para problematizar o aprendizado escolar em função de sua aplicabilidade na vida cotidiana. Despertar o interesse para ampliar seu conhecimento passa pela afirmação de que seu repertório é aplicável, útil e desafiador para a busca de novas respostas.

Espera-se que a escola seja espaço digno e acolhedor, onde educadores, alunos, família e comunidade sintam-se respeitados, valorizados, incluídos e acolhidos. A equipe escolar deve estar alerta para coibir comportamentos opressivos, em face da preocupação de “dar conta dos conteúdos”, não tendo tempo o coletivo da escola em trabalhar com valores, atitudes e procedimentos positivos, de grande importância para a construção do cidadão consciente e solidário de hoje e do amanhã.

De acordo com Lima (2007) *apud* Longo e Pereira (2011), às vezes, a escola, na ânsia de preparar as pessoas para o amanhã, inibe a dificuldade, a expansão da alegria, da criatividade, da criticidade e da realização. Ainda: a preocupação fundamental volta-se para a preparação do jovem para o futuro, especificamente para o mercado de trabalho e faz-se necessário pensar a escola e o aluno no presente, analisar o que a instituição pode oferecer, pois sua função não deve ser apenas a de preparar o aluno para o vestibular e para o emprego futuro, mas possibilitar o crescimento de cidadãos críticos, capazes de reconhecer, atuar e transformar a sua e as diversas realidades presentes no contexto. Diante da constatação, a gestão escolar deve possibilitar a construção de um espaço rico de múltiplas vivências importantes, à medida que propiciem o autoconhecimento e a autocrítica das pessoas, lidando com as tensões do dia a dia, exterminando sentimentos de impotência e de desilusão, ativando, por outro lado, a indignação, a resistência, a luta e a esperança.

Os laços entre alunos e professores, afirma Antunes (2006) *apud* Longo e Pereira (2011), se estreitaram e, na imensa proximidade desse imprescindível afeto, tornou-se importante descobrir ações, estratégias, procedimentos sistêmicos e reflexões integradoras. Na sala de aula, não deve mais existir a expressão simbólica “cabide”, onde o aluno, ao entrar, deixa ali penduradas as suas emoções e sentimentos. As relações interpessoais e a aprendizagem possuem uma característica em comum. Para que esta relação aconteça, é necessária a presença de, pelo menos, duas pessoas. Nessa relação, ocorre a troca de experiências, em que o aluno aprende os conteúdos programáticos e permite aos professores a tomada de ações que

os conduzam a reflexões sobre suas práticas pedagógicas, proporcionando, desse modo, um aprimoramento e uma adequação dessas ações.

As práticas pedagógicas devem sempre estar pautadas em objetivos claros, que conduzam os educandos a construir seus próprios conhecimentos e saberes a partir dos conceitos anteriormente estabelecidos. Dessa forma, para a construção de novos conhecimentos, é importante que o aluno estabeleça conexões com experiências anteriores, vivências, leituras e atribua significados ao que está aprendendo. Os conhecimentos prévios, além de permitirem realizar um contato com o novo conteúdo, são imprescindíveis para que o aluno construa o seu conhecimento. As situações de aprendizagem oportunizadas pelo professor devem primar pela interação, trocas de experiências e diálogos entre os sujeitos. Proporcionando a possibilidade de livre expressão dos alunos, o professor incentiva-os a exporem suas ideias e também ao confronto de opiniões.

Longo e Pereira (2011) citam Antunes (2006) ao afirmar que se os alunos forem aceitos e valorizados, considerados capazes de desenvolver competências e habilidades necessárias para lidar com seus estudos, se lhes for reservado tempo para escutá-los, grande será a contribuição para o desenvolvimento de padrões consistentes e realistas e para que os alunos sintam-se encorajados a não se intimidar com o fracasso e aprendam a agir de forma independente e responsável. Isso não significa que o professor não deva criticá-los ou desafiá-los a maiores esforços e, menos ainda, que não corrijam seus erros.

A formação continuada ou formação contínua para professores e funcionários é uma responsabilidade de todos, porém os especialistas em educação, diante da atividade-fim da instituição pedagógica, são responsáveis por tornar essa condição realidade na instituição.

O aperfeiçoamento constante tanto dos professores quanto da direção, do Orientador Educacional e Supervisor, os quais não deixam de ser educadores, é de fundamental importância, visto que novas ideias, novos métodos de ensino, novas experiências educacionais sempre surgem, com possibilidades de melhorar o trabalho educativo. O aperfeiçoamento e a atualização constantes são indispensáveis para qualquer ser humano e muito mais para os que se dedicam à educação das novas gerações.

Libâneo comenta a respeito:

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial visando ao aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de

trabalho e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional (LIBÂNEO, 2008, p. 227).

Sendo o educador sujeito de sua prática, sua tarefa é formar-se a si próprio, através da reflexão da ação cotidiana. A formação continuada deve ser constituída a partir da fundamentação teórica, da reflexão sobre a prática e da pesquisa. Um bom profissional da educação deve ser um protagonista ativo no seu processo de formação, no qual a ação-reflexão-ação tem predominância no princípio básico da formulação e da compreensão do contexto ensino-aprendizagem.

Libâneo (2008, p. 229) esclarece acerca da formação continuada, dizendo que

A formação continuada consiste de ações de formação dentro da jornada de trabalho: ajuda a professores iniciantes, participação no projeto pedagógico da escola, entrevistas e reuniões de orientação pedagógico-didática, grupos de estudo, seminários, reuniões de trabalho para discutir a prática com conselhos de classe, programas de educação a distância entre outros. E fora da jornada de trabalho: congressos, cursos, encontros, palestras, oficinas. Ela se faz por meio de estudo, da reflexão da discussão e da confrontação das experiências dos professores. É responsabilidade da instituição, mas também do próprio professor, porque o compromisso com a profissão requer que ele tome para si a responsabilidade com a própria formação.

Segundo o mesmo autor, as práticas de formação inicial e continuada devem ter início desde o ingresso dos alunos no curso de licenciatura, integrando os conteúdos.

Enquanto o professor tem como objeto da docência a produção do aluno, o Supervisor Pedagógico tem como objeto do seu trabalho a produção do Professor e o Orientador Educacional tem como objeto da orientação o desenvolvimento integral do educando, em seus múltiplos aspectos físico, intelectual, escolar, social, emocional, moral, vocacional, profissional, enfim, os aspectos em relação aos qual a criança e o adolescente se desenvolvem, enquanto na escola permanecem.

O objeto da Orientação Educacional é, portanto, a assistência ao educando feita individualmente ou em grupo, nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, com vistas ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício da cidadania, conforme a legislação (BRASIL, 1973).

3.2 Períodos Históricos e Evolução da concepção de Orientação Educacional

Segundo Barbosa (2015), no ano de 1908, na cidade de Boston (EUA), época de avanços tecnológicos e política antitruste, Frank Parsons criou um sistema de orientação para adolescentes que ainda não haviam optado por uma carreira. Este era o início da Orientação Profissional.

No mesmo país, a Orientação Profissional invadiu as escolas com essa a intenção de orientar os alunos quanto à profissionalização e à sua inserção no mercado de trabalho; hoje esse trabalho é conhecido como Orientação Vocacional. Por meio do contato com os alunos, o Orientador percebe as dificuldades, as dúvidas e os conflitos que os estudantes enfrentam no dia a dia, além da escolha da profissão.

Houve, então, a compreensão de que o fator emocional/psicológico do educando tem extrema importância para a concretização do seu processo educacional. Por isso, durante muito tempo entendeu-se Orientação Educacional como uma espécie de aconselhamento. No Brasil, a Orientação Educacional teve, em sua implantação, grande influência da orientação americana, em especial o *counselling* (aconselhamento), e da orientação educacional francesa, relata Grinspun (2011).

No Brasil, as décadas de 1920 e 1930 foram ricas em discussões sobre Educação e Pedagogia. Socialistas, anarquistas, liberais, conservadores, homens influentes de todos os partidos políticos debateram o mesmo assunto. Importa registrar que, em 1929, mais da metade da população brasileira (65%) de 15 anos ou mais havia sido excluída da escola.

O ensino ainda era elitista, mas havia um clima favorável à educação popular e à Escola Nova, tendência que tem como objetivo democratizar e transformar toda a sociedade por meio da educação.

Em 1924 foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE), promotora de debates importantes à época. Em 1930, criado o Ministério da Educação e Saúde e, em 1931, fundado, por Lourenço Filho, o primeiro serviço público de Orientação Profissional no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, com a função de Orientação Vocacional. Em 1932, o Brasil conheceu a publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* e, em 1934, foi publicada a primeira Constituição da República a dedicar espaço significativo à educação.

Os escolanovistas, também conhecidos como Pioneiros da Educação Nova, propunham o rompimento com o ensino tradicional, a renovação de técnicas, uma escola pública, obrigatória e gratuita para todos. O Manifesto preconizava o conhecimento e respeito às necessidades e interesses da criança a partir da sua realidade e, ainda, o estabelecimento de

relações entre a escola e a vida social. É momento de a Orientação Educacional mostrar seu papel. O período institucional foi de 1920 a 1941, segundo Grinspun (2011).

No Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Industrial, pela primeira vez, a expressão Orientação Educacional foi citada na legislação brasileira.

A Lei nº 4.244, de 9 de setembro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário, estabeleceu a função da Orientação Educacional nas instituições de ensino do mesmo nível. Instituiu preceitos como cooperar para que cada aluno se encaminhasse convenientemente nos estudos e na escolha da sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com a sua família.

Sempre apoiada na fundamentação psicológica de conhecer melhor o aluno, visando a seu ajustamento, a Orientação foi caminhando em sua trajetória no Brasil, agora fortificada por ser legalmente instituída (GRINSPUN, 2011).

Com a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024/61, a formação em Orientação Educacional voltou a ter destaque legal.

Em 21 de dezembro de 1968, foi criada a Lei nº 5.564, que determinou o exercício da profissão do orientador educacional em níveis médio e fundamental, promovendo assistência ao educando, individualmente ou em grupo, preocupada com o desenvolvimento integral e harmonioso da personalidade do educando. Citou no seu bojo o Código de Ética dos Orientadores Educacionais.

Posteriormente, com a vigência da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 5692/71, foi disciplinada a atuação do Orientador Educacional no ensino de 1º e 2º graus. A Lei de Diretrizes e Bases, nº 5.692, de 1971, em seu Art. 10, instituiu obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo o aconselhamento vocacional em cooperação com professores, família e comunidade.

Em 26 de setembro de 1973, foi homologado o Decreto nº 72.846, que regulamenta a profissão do Orientador, em vigor até os dias de hoje. Em seu Art. 1º encontra-se o objeto da Orientação Educacional: a assistência ao educando, que pode ser feita individualmente ou em grupo, nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, “visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1973).

O mesmo documento, nos Artigos 2º e 3º, estabeleceu quem poderia atuar como orientador educacional: licenciados em Pedagogia e habilitados em Orientação Educacional e os diplomados em nível de pós-graduação nessa especialização.

O Art. 5º do Decreto nº 72.846/73 estabeleceu que a profissão fosse exercida na órbita pública e privada, “por meio de planejamento, coordenação, supervisão, execução, aconselhamento e acompanhamento relativos às atividades de orientação educacional, bem como por meio de estudos, pesquisas, análises, pareceres compreendidos no seu campo profissional” e o Art. 9º dispôs sobre outras atribuições como “participação no processo de identificação das características básicas da comunidade, da caracterização da clientela escolar, da elaboração do currículo pleno da escola, da composição, caracterização e acompanhamento de turmas e grupos e da integração escola-família-comunidade”.

Com o texto do Decreto-Lei mencionado, percebe-se que o papel do Orientador nos dias atuais não se limita ao acompanhamento e à dedicação apenas aos “alunos-problema”. O campo de atuação desse profissional se estende por toda a escola, cativando colegas, família e comunidade. São questões psicológicas e pedagógicas muito próximas em benefício de todos, conforme pontua Grinspun (2011).

O Orientador, que já havia sido concebido como um agente de mudança, um terapeuta que deveria rogerianamente atender os alunos com problema, um psicólogo que só deveria trabalhar as relações interpessoais dentro da escola, um facilitador da aprendizagem, vai, pouco a pouco, deixando essas funções/denominações para assumir, com mais competência técnica, seu compromisso político na e com ela.

O Código de Ética dos Orientadores do Brasil, firmado em 18 de novembro de 1978, em Curitiba, dispõe sobre deveres e limitações do cargo. Na década de 1980 a 1990 surgiram movimentos questionando a formação profissional e prática do Orientador Educacional.

A Resolução nº 7150, de 16 de junho de 1993, no art. 10 dispôs:

É papel específico do Especialista de Educação (Supervisor ou Orientador Escolar) articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando os trabalhos dos coordenadores de área, dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabeleceu o olhar sobre o aluno como ser social, sujeito de direito à educação, que abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e manifestações culturais (BRASIL, 1996). Porém, a mesma lei retirou do seu texto a obrigatoriedade da Orientação Educacional nas escolas.

A Lei 9394/96 consolidou o trabalho do Orientador Educacional e do Supervisor Pedagógico nas escolas, como foi citado no capítulo anterior. Vale à pena lembrar seu art. 64:

Art. 64 – A formação de profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Em 13 de dezembro de 2005, o Parecer CNE/CP nº 3 instituiu diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia, estabelecendo que o curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006). Grinspun (2011) explicou que a formação dos Supervisores e Orientadores educacionais não é mais realizada de um modo geral na graduação e, sim, em nível de pós-graduação.

Os licenciados hoje em Pedagogia estão habilitados à docência de Matérias Pedagógicas, Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como Especialistas em Educação Básica nas áreas de atuação contempladas nas grades curriculares de seus cursos.

3.3 Atribuições Legais do Orientador Educacional

Os estabelecimentos particulares de ensino têm autonomia para incluir, em seus regimentos internos, as atribuições que pretendem conferir, a cada um, na respectiva escola. É importante ressaltar que tanto numa situação como na outra, é necessário que seja observado o Decreto que regulamenta a profissão do Orientador Educacional e que estabelece, entre outras coisas, as atribuições privativas, isto é, as que lhe competem coordenar e aquelas das quais deve participar, juntamente com os demais membros da equipe escolar. Dessa forma, conhecendo o conteúdo da lei que regulamentou sua profissão, dentro dos limites impostos por ela e de acordo com a realidade na qual esteja atuando, o Orientador Educacional poderá selecionar e hierarquizar o que será realizado a cada ano.

Durante o planejamento, o Orientador deverá atentar para a legislação específica que regulamenta a profissão e suas atribuições.

O Decreto nº. 72.846, de 26 de setembro de 1973, regulamenta a Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968 (BRASIL, 1968), a qual dispõe sobre o exercício da profissão de

Orientador Educacional, usando a prerrogativa que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e decreta:

Art. 1º. Constitui o objeto da Orientação Educacional a assistência ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito do ensino de 1º e 2º graus, visando o desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.

Art. 2º. O exercício da profissão de Orientador Educacional é privativo:

I - Dos licenciados em pedagogia, habilitados em orientação educacional, possuidores de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superiores oficiais ou reconhecidos.

II - Dos portadores de diplomas ou certificados de orientador educacional obtidos em cursos de pós-graduação, ministrados por estabelecimentos.

III - Dos diplomados em orientação educacional por escolas estrangeiras, cujos títulos sejam revalidados na forma da legislação em vigor.

(...)

Art. 5º. A profissão de Orientador Educacional, observadas as condições revistas neste regulamento, se exerce na órbita pública ou privada, por meio de planejamento, coordenação, supervisão, execução, aconselhamento relativos às atividades de orientação educacional, bem como por meio de estudos, pesquisas, análises, pareceres compreendidos no seu campo profissional.

Os artigos 8º e 9º do referido Decreto definem mais especificamente, em âmbito nacional, as atribuições do Orientador Educacional.

Art. 8º. São atribuições privativas do Orientador Educacional:

- a) planejar e coordenar a implantação e funcionamento do serviço de Orientação Educacional em nível de Escola e Comunidade.
- b) planejar e coordenar a implantação e funcionamento do serviço de orientação educacional dos órgãos do serviço público federal, estadual, municipal e autárquico; das sociedades de economia mista, empresas estatais, paraestatais e privadas.
- c) coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global.
- d) coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando.
- e) coordenar o processo de informação educacional e profissional com vistas à orientação vocacional.
- f) sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando.
- g) sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.
- h) coordenar o acompanhamento pré-escolar.
- i) ministrar disciplinas de teoria e prática da orientação educacional, satisfeitas as exigências da legislação específica do ensino.
- j) supervisionar estágios na área da orientação educacional.
- l) emitir pareceres sobre matéria concernente à orientação educacional.

As atribuições foram divididas em “privativas” e “participativas”, assegurando ao Orientador Educacional a especificidade de suas funções, principalmente no que se refere ao

SOE, ao processo de Orientação Vocacional e ao acompanhamento pós-escolar. Não só está previsto que o Orientador Educacional execute tais tarefas como também que as coordene. Ao fazê-lo, entretanto, deverá envolver os demais elementos da escola, a família e a comunidade na sua realização, pois seria impraticável e provavelmente ineficaz tentar realizá-las sozinho, em toda a sua extensão.

Art. 9º. Competem, ainda, ao Orientador Educacional as seguintes atribuições:

- a) participar no processo de identificação das características básicas da comunidade;
- b) participar no processo de caracterização da clientela escolar;
- c) participar no processo de elaboração do currículo pleno da escola;
- d) participar na composição, caracterização e acompanhamento de turmas e grupos;
- e) participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos;
- f) participar do processo de encaminhamento dos alunos estagiários;
- g) participar no processo de integração escola-família-comunidade;
- h) realizar estudos e pesquisas na área da orientação educacional.

O Art. 9º prevê que o Orientador participe das demais atividades escolares, coordenadas por outros profissionais como Diretor, Assistente de Direção, Coordenador Pedagógico, Coordenadores de áreas e de séries, colaborando para a sua boa execução. A escola tem um trabalho coletivo.

Contata-se que o Orientador atua como coordenador de atividades que lhe são privativas e participa de outras atividades da escola coordenadas por colegas.

Giacaglia e Penteado (2011) discutem problemas usuais de relacionamento entre os especialistas que trabalham nas escolas, principalmente aqueles que, normalmente, o fazem de modo mais integrado com o Orientador Educacional e enfatizou a sua conduta.

O Orientador Educacional deve se conduzir também pelo Código de Ética de 1978, que norteia a atuação da categoria. O Código de Ética dos Orientadores do Brasil, de 18 de novembro de 1978, dispõe:

Artigo 1º - São deveres fundamentais do Orientador Educacional:

- a) exercer suas funções com elevado padrão de competência, responsabilidade, zelo, discrição e honestidade;
- b) atualizar constantemente seus conhecimentos;
- c) colocar-se a serviço do bem comum da sociedade, sem permitir que prevaleça qualquer interesse particular ou de classe;
- d) Ter uma filosofia de vida que permita, pelo amor à Verdade e respeito à Justiça, transmitir segurança e firmeza a todos àqueles com quem se relaciona profissionalmente.

Além dos deveres acima transcritos, que requerem competência profissional, defesa dos interesses sociais e filosofia de vida que inspire segurança aos conviventes, o Código

arrola ainda deveres relativos às expectativas morais da comunidade e respeito ao ser humano, sujeito de direitos.

- e) Respeitar os códigos sociais e expectativas morais da comunidade em que trabalha;
- f) Assumir somente a responsabilidade de tarefas para as quais esteja capacitado, recorrendo a outros especialistas sempre que for necessário;
- g) Lutar pela expansão da Orientação Educacional e defender a profissão;
- h) Respeitar a dignidade e os direitos fundamentais da pessoa humana;
- i) Prestar serviços profissionais desinteressadamente em campanhas educativas e situações de emergências, dentro de suas possibilidades (BRASIL, 1978).

Ainda relaciona impedimentos na execução de suas atribuições. E, quanto ao comportamento social e suas relações, deixa clara a necessidade do comportamento ilibado e bom-senso. O Orientador Educacional, além da competência profissional, deve primar pelo decoro, honestidade e sigilo.

A Resolução nº 7150, de 16 de junho de 1993, dispõe sobre a configuração do Especialista em Educação Básica na Rede Estadual de Ensino.

Art. 10. É papel específico do Especialista de Educação (Supervisor ou Orientador Escolar) articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando os trabalhos dos coordenadores de área, dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família.

O diploma legal, no seu artigo 10, atribui aos Especialistas em Educação Básica a articulação do processo de ensino-aprendizagem, a corresponsabilidade com a direção na liderança da gestão pedagógica, o norteamento do planejamento, a implementação e o desenvolvimento das ações educacionais em torno do eixo ensino-aprendizagem. São campos de atuação interligados e articulados entre si: o desenvolvimento curricular e Ensino-Aprendizagem e a organização relação escolar interna e com a comunidade.

Esta Resolução atribui igualmente ao Orientador Educacional e ao Supervisor Pedagógico as mesmas responsabilidades.

O Orientador, assim como os demais funcionários, está subordinado, hierarquicamente, ao Diretor, a autoridade máxima na escola. Em Minas Gerais, ressalte-se, o Diretor não precisa ser pedagogo, mas geralmente o é, com habilitação em Administração Escolar. É certo que entre eles, afirmam as autoras, pode haver tanto identidade como diferenças ou até antagonismos em relação a concepções, pontos de vista e estratégias educacionais, níveis diferentes de conhecimentos e de experiência, bem como características compatíveis ou não de personalidade.

Dependendo do estilo administrativo do Diretor, quando extrema a centralização ou a máxima delegação, posições radicais por prejudicar o desempenho das atribuições do Orientador Educacional, gerando atritos entre ambos.

Acrescente-se a figura do Supervisor Pedagógico, pois mesmo não havendo diferença hierárquica entre suas funções, a proximidade entre tais funções também costuma gerar dificuldades no relacionamento entre ambos e confusão quanto às atribuições de cada um, perante a comunidade escolar.

As autoras Giacaglia e Penteado (2011) julgam contraindicando que, não havendo o Coordenador Pedagógico (ou Supervisor Pedagógico), as funções sejam exercidas pelo Orientador Educacional e vice-versa. Na situação ideal, em que ambos estão presentes na escola, Orientador Educacional e Supervisor Pedagógico devem estabelecer conjuntamente os limites de atuação de cada um para que não ocorram conflitos ou superposições de atribuições, em detrimento do trabalho de todos.

Se esses dois profissionais conseguirem trabalhar em harmonia, cada qual atuando nos limites de suas atribuições e participando das do outro, a escola e os alunos terão muito a ganhar.

Da mesma forma, a relação do Orientador Educacional com o corpo docente poderá ser fácil, harmoniosa e agradável, ou vir a ser dificultada e até hostilizada pelos professores. As autoras aventam situações que podem ocorrer na escola. A chegada do Especialista em Educação, principalmente se ele for jovem, inexperiente e inseguro, poderá ser recebida com certas reservas e até antagonismo, criando uma situação tendente a agravar se ele não der a conhecer, com clareza, suas atribuições e se começar a interferir, indevidamente, no trabalho docente, introduzindo inovações, mudanças radicais e tarefas adicionais para os professores, sem que eles percebam sua utilidade. Nesse caso, eles não só não aceitarão tal interferência, como também poderão tentar obstruir o trabalho do Orientador Educacional, sonegando informações essenciais, atrasando a entrega de dados, descumprindo solicitações ou determinações do SOE, enfim, chegando, às vezes, até a falta de respeito profissional e pessoal.

Também alegam a possibilidade de ocorrer que professores mais jovens ou inseguros acatem com demasiado entusiasmo suas solicitações, passando a esperar, em troca, que o Orientador resolva todos os problemas na escola e, às vezes, até na própria vida particular.

Em ambos os casos, aconselham cautela, diplomacia e habilidade, além da definição de suas atribuições e elaboração de um bom plano para estabelecimento de seus limites de atuação.

Não cabe ao Orientador realizar terapias com os alunos e nem investigações que levem ao diagnóstico de distúrbios de personalidade ou de comportamento, nem mesmo quando se julgar habilitado para tal.

Sempre que necessário, o SOE deverá manter contato com psicólogos e com profissionais da área de saúde, como médicos, dentistas e enfermeiros e fazer encaminhamentos de alunos que necessitem de cuidados especiais. Trata-se de uma atribuição legal.

É incompatível com o exercício da função de Orientador Educacional proceder à chamada de alunos (a não ser que a medida vá orientar o seu trabalho com alunos faltosos); recolher, carimbar e/ou entregar cadernetas escolares ou de passes; cuidar da disciplina em salas de aula, nos corredores ou nos recreios; cobrir sistematicamente as ausências do diretor, do secretário ou de qualquer outro profissional que atue na escola.

O Orientador Educacional não deve ser o responsável único pela organização de festas ou campanhas, embora deva participar de sua realização e possa beneficiar-se dessas oportunidades para atingir seus objetivos.

Giacaglia e Penteado (2011) ainda registram um alerta para que o SOE não se transforme em refúgio de alunos que cabulem aula ou são tirados da classe por problemas com os professores, como indisciplina e falta de lição de casa ou de material.

Para as atividades em classe com os alunos, é comum que o Orientador Educacional solicite o uso dos horários de faltas dos profissionais para essa finalidade. A prática tem o inconveniente de ele ser considerado um substituto eventual de professores, causando confusão de funções e comprometendo sua imagem. Esse é um assunto que deve ser pensado e discutido com todas as partes envolvidas (Direção, Orientador Educacional, Supervisor Pedagógico e Professores), por ocasião do planejamento. Mais um alerta é feito: o SOE não deve ser transformados em uma sala de visitas de alunos, pais ou de outras pessoas e, muito menos, em sala de punições.

O Orientador também não deve dar ensejo a que se incorpore à sua imagem o papel de “bonzinho”, “da tia”, do “protetor de alunos” ou, por outro lado, de “dedo-duro”, de “disciplinador”, bem como o de “controlador” e “delator” de professores, de funcionários ou de alunos.

No que se refere à sua atuação em relação ao problema da disciplina na escola, lembre-se que a mesma deve ser antes preventiva que remediativa. É desejável a preocupação com o planejamento de condições favoráveis à ocorrência de comportamentos satisfatórios, lembrando que o Orientador Educacional não é um aplicador de sanções ou punições.

Segundo Giacaglia e Penteado (2011), se fosse o aplicador de punições, poderia isso interferir negativamente no seu relacionamento com os alunos. É seu dever colaborar com a disciplina da escola, analisar com a equipe os problemas surgidos, sugerir soluções cabíveis, mas atuando sempre de forma preventiva.

Analizadas as atribuições elencadas na legislação vigente, informações acerca do trabalho do Orientador Educacional, dados e implicações analisadas demonstram que as funções desse Especialista em Educação são numerosas, complexas e difíceis de serem delimitadas com precisão.

Espera-se que ele seja sensato, ponderado, conciliador, consciente de que tem um plano a executar e de que deve desempenhar suas funções precípuas, não assumindo tarefas que não sejam de sua competência e/ou alçada. Assim procedendo, estará contribuindo para que seu papel seja percebido cada vez mais claramente, preservando satisfatórias relações interpessoais, evitando problemas insolúveis de relacionamento.

4 O ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA EM MINAS GERAIS

Viu-se até aqui que o campo de atuação do Supervisor Pedagógico e Orientador Educacional são diferentes, cada um deles tem objeto de trabalho distinto, assim como sua formação em diferentes cursos de Pedagogia. Ao mesmo tempo, sua atuação deve ser harmoniosa e de cooperação recíproca.

As autoras Giacaglia e Penteado (2011), como já foram mencionados, julgam contraindicado que, na falta do Supervisor Pedagógico, suas funções sejam exercidas pelo Orientador Educacional e vice-versa. E enfatiza que, na situação ideal, em que ambos estão presentes na escola, Orientador Educacional e Supervisor Pedagógico devem estabelecer conjuntamente os limites de atuação de cada um para que não ocorram conflitos ou superposições de atribuições, em detrimento do trabalho de todos.

No ano de 2007, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais publicou o documento intitulado “Guia do Especialista em Educação Básica”, que merece a análise que se segue. De início, o Guia esclarece tratar-se de uma obra fundamentada em princípios:

Da democratização do processo pedagógico, na participação responsável de todos, no compromisso coletivo com os resultados educacionais, na autonomia da ação do Especialista em consonância com a ação dos demais profissionais da Escola, na perspectiva interdisciplinar e contextualizada do ensino, na indissociabilidade entre teoria e prática, na ética, nos valores e princípios que regem a vida humana e no tripé Escola, Comunidade e Secretaria de Estado de Educação (MINAS GERAIS, 2007, p.12).

Entendendo que o trabalho do Especialista em Educação Básica - Supervisor Pedagógico e Orientador Educacional - é constituído por processos pedagógicos intencionais, baseados em ações articuladas, a SEE (MINAS GERAIS, 2007) pretende produzir um trabalho coletivo em torno de processos mediados por estudos teóricos e práticos, de investigação e reflexão crítica da realidade. Almeja contribuir para o aperfeiçoamento da competência de planejar, implementar, acompanhar, coordenar e avaliar projetos e ações educacionais, especialmente as ações desenvolvidas na sala de aula, bem como a produção e difusão do conhecimento educacional.

A construção do Guia considerou a contribuição valiosa de alunos de curso de Pedagogia, de Professores, de Pedagogos, de Diretores, de profissionais da educação que atuam em Universidades, Escolas, SRE e SEE/MG.

Na elaboração do Guia do Especialista em Educação Básica foi priorizada a meta da Secretaria de Estado de Educação de garantir que toda criança esteja lendo e escrevendo até

oito anos de idade. Percebe-se o foco na Alfabetização, direcionando as ações do Especialista especialmente para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sem se esquecer da importância de sua atuação também nos Anos Finais e no Ensino Médio.

A SEE expressou o desejo de que o Guia promova um diálogo sobre o fazer pedagógico, contribuindo para que todo Especialista da escola pública exerça suas funções, fazendo a diferença na escola e na melhoria do desempenho dos alunos, mediados pelo trabalho dos professores na sala de aula (MINAS GERAIS, 2007).

Ao conceituar a obra apresentada, a SEE registra:

O Guia do Especialista em Educação Básica SEE/MG, em seu sentido etimológico, significa caminho, orientação, sistematização, instrução, condução, sustentação, segurança, apoio, direção. Nessa perspectiva, pretende-se concebê-lo como recurso didático destinado a orientação e sustentação do trabalho do Especialista em Educação Básica nas atividades de planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação das ações educacionais, principalmente as ações de sala de aula. É uma contribuição para a sistematização do trabalho do Especialista, mediante propostas, sugestões e orientações coerentes com o Programa de Intervenção Pedagógica, os Cadernos de Orientações para a organização do Ciclo de Alfabetização da SEE/MG elaborados pelo CEALE, os Conteúdos Básicos Comuns, o Guia do Professor Alfabetizador e a Legislação pertinente à Educação (MINAS GERAIS, 2007, p.12).

Percebe-se o cuidado do órgão central de educação em oferecer um recurso didático que oriente e dê sustentação à ação dos Especialistas em Educação Básica das escolas públicas de Minas Gerais, promovendo e incentivando o estudo, a análise e avaliação de situações do contexto escolar, com foco na meta prioritária de desempenho dos alfabetizando.

O texto do Guia sugere (ou impõe?) caminhos para a elaboração de propostas educacionais a que classifica de inovadoras e consistentes, reforçando as práticas pedagógicas interdisciplinares e contextualizadas pelas escolas, com foco no processo de ensino/aprendizagem e na melhoria do desempenho escolar e tem a estrutura organizada em três módulos intercomplementares, cujas atividades foram selecionadas por meses, com critérios de natureza pedagógica e administrativa.

Os módulos do Guia, caracterizados pela lógica estrutural, abordam três componentes principais: 1-Dialogando com o Especialista em Educação Básica: componente com foco nas atividades escolares, planejamento integrado das ações, acompanhamento e avaliação dos resultados; 2- Quadro Resumo das Atividades Mensais: apresentação de súmula mensal do

trabalho do Especialista; 3- Sugestões de Instrumentos de Apoio Pedagógico: para ação cotidiana do Especialista na escola de Educação Básica.

O Especialista em Educação tem papel importantíssimo na coordenação e articulação do processo ensino-aprendizagem, sendo corresponsável, com a Direção da escola, na liderança da gestão pedagógica que deve ser o eixo a nortear o planejamento, a implementação e o desenvolvimento das ações educacionais. Neste sentido, abrem-se para o Especialista três campos fundamentais de atuação na escola, interligados e articulados entre si, abrangendo as ações de planejamento, implementação, organização e avaliação do processo de ensinar e aprender, mediados pela necessidade de se garantir um clima interno favorável ao desenvolvimento destas ações e, ainda, a necessária e indispensável participação e envolvimento com os pais e comunidade. São eles: Desenvolvimento Curricular e Ensino-Aprendizagem; Organização Escolar; Relações internas e com a comunidade (MINAS GERAIS, 2007, p.13).

No primeiro campo de atuação Desenvolvimento Curricular e Ensino-Aprendizagem está o foco principal do trabalho, o que dele exige conhecimento dos princípios norteadores dos Currículos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, “para garantir a articulação de ações que promovam a interdisciplinaridade e o trabalho participativo dos docentes, enfatizando o currículo básico comum e estratégias diversificadas, objetivando o aprendizado dos alunos” (MINAS GERAIS, 2007, p.13). O manual refere-se aos Especialistas - Supervisor e Orientador -, atribuindo-lhes funções idênticas e com foco em questões curriculares.

Para o desempenho competente do Especialista em Educação Básica, o Guia apresenta a síntese dos Cadernos de Orientações para a Organização do Ciclo da Alfabetização - SEE, de autoria do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita/ CEALE/UFMG.

Os Cadernos contêm as diretrizes teórico-metodológicas do processo de alfabetização para utilização nas práticas pedagógicas nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Eles foram assim organizados:

Caderno 1 – “Ciclo Inicial de Alfabetização” (hoje Ciclo da Alfabetização): a reorganização do Ensino Fundamental no Estado; a ênfase na alfabetização; por que e para que ciclos de alfabetização; Caderno 2 – “Alfabetização”: o que ensinar no Ciclo Inicial de Alfabetização; que habilidades ou capacidades devem ser desenvolvidas; qual sua distribuição ao longo do Ciclo; Caderno 3 – “Preparando a Escola e a sala de aula”: a organização da Escola para o trabalho de alfabetização; critérios e instrumentos para seleção de alfabetizadores; o planejamento da rotina e das atividades; a seleção de métodos e livros didáticos; Caderno 4 – “Acompanhando e avaliando”: diagnóstico e avaliação dos alunos; avaliação da escola; respostas para os problemas de ensino e de aprendizagem detectados; Caderno 5 - “Apresentação”: matriz de referência para avaliação diagnóstica, instrumento de Avaliação Diagnóstica e sugestão para uso do instrumento; Caderno 6 - “Reafirmar a importância do planejamento na

organização do trabalho em sala de aula”: articula as ações de planejamento às ações avaliativas, tendo como ponto de partida o diagnóstico das capacidades linguísticas dos alunos, define propostas de intervenção (MINAS GERAIS, 2007, p. 13).

Merecem referência no Guia os cadernos de Conteúdos Básicos Comuns – CBC, fundamentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, destinados aos Anos Finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio das Escolas Estaduais de Minas Gerais, que contêm as diretrizes curriculares a serem desenvolvidas pelos professores nas respectivas turmas anualmente. Os Eixos Temáticos (Temas e Subtemas, Tópicos e Subtópicos de Estudo, Habilidades Básicas e seu detalhamento) são estudados e também apresentadas sugestões de novos tópicos a constarem do Projeto Pedagógico da Escola, de acordo com as potencialidades e interesses das turmas.

Os Especialistas recebem orientações pedagógicas diversas, compreendendo sugestões de recursos didáticos e estratégias adequadas de ensino, metodologias a serem utilizadas nas salas de aula pelos professores, priorizando papel ativo do aluno, estimulando-o à leitura, à análise crítica e à reflexão. Registra ainda o apoio aos professores e sua Formação Continuada, e a disponibilidade do Centro de Referência Virtual do Professor (CRV) o qual pode ser acessado a partir do sítio da Secretaria de Estado de Educação (<http://www.educacao.mg.gov.br>).

O Guia atribui aos Especialistas em Educação Básica a responsabilidade de conhecer os projetos desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Educação, especialmente os da área pedagógica e o acompanhamento e avaliação dos que são implementados nas escolas em que atuam.

O Projeto Pedagógico da Escola (PPP) merece especial atenção como uma construção coletiva, envolvendo todos os segmentos da Escola, representação dos alunos e pais e, se possível, representantes das lideranças comunitárias. O Projeto pressupõe uma ação intencional com sentido definido, explícito sobre o que se quer construir e realizar, considerando, na sua construção coletiva e democrática, todas as diretrizes da política educacional mineira, os resultados das avaliações externas, as metas pactuadas, as determinações legais a constituir-se num verdadeiro processo de sensibilização e de corresponsabilidade de todos os envolvidos nas ações educativas da Escola.

Aos Especialistas cabe corrigir distorções e falhas no tempo certo e no momento real em que ocorrem durante o ano letivo, a fim de evitar o agravamento de situações que dificultem o processo ensino-aprendizagem. Portanto, o Plano de Intervenção Pedagógica deve ser elaborado pela equipe da Escola (Diretor, Especialistas e Professores), com a

participação de toda a comunidade escolar, com foco na melhoria do desempenho dos alunos, a partir do entendimento dos resultados dos alunos nas avaliações externas, das metas propostas e pactuadas pela escola e o planejamento de ações de intervenções pedagógicas.

Tendo em mãos os resultados das avaliações externas, os Especialistas podem coordenar a elaboração e execução do Plano de Intervenção Pedagógica contendo ações relativas à proficiência média alcançada pela Escola e pelos alunos nas avaliações; percentual de alunos no desempenho recomendável, intermediário e baixo; a evolução da Escola ao longo dos anos; cumprimento ou não das metas pactuadas para o ano em curso; participação dos alunos nas avaliações externas; percentual de alunos em relação à média da Escola; percentual de alunos em cada nível de proficiência e análise dos resultados feita pela escola.

Na sequência, o Guia discorre sobre o Plano de Ensino que, com estreita relação com o Projeto Pedagógico e o Plano de Intervenção Pedagógica, consiste na organização do processo de trabalho a ser desenvolvido pelo professor no ano letivo em curso, em cada turma e em cada disciplina específica, com base nos Cadernos da SEE/MG elaborados pelo CEALE, turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e os CBC (Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Sua elaboração é de responsabilidade do professor com o apoio e orientação do Especialista e deve ser feito no início do ano letivo).

O Plano de Aula compõe a rotina diária do trabalho pedagógico em sala de aula e deve ser elaborado reforçando a transdisciplinaridade, sob coordenação e orientação do Especialista.

O Especialista deve estudar com a Direção a Resolução anual da SEE que trata da atribuição de turmas aos professores e os critérios complementares a serem elaborados pela Escola, com a apreciação do Colegiado.

A enturmação dos alunos é importante para o sucesso da aprendizagem dos alunos, enfatiza o documento, e deve ser feita pela equipe gestora, da qual fazem parte os Especialistas. O Guia recomenda não agrupar alunos com as mesmas características de aprendizagem e atitudinais em uma mesma turma; considerar os pares de idade, uma vez que a proposta do ciclo contempla esse aspecto; fazer a reenturmação temporária de acordo com as necessidades de aprendizagem dos alunos, quando se fizer necessário.

A exigência do uso do uniforme escolar não constitui empecilho para a entrada e permanência do aluno na Escola. Porém, visando à boa organização, os Especialistas podem se engajar em campanhas.

Os registros de avaliação da aprendizagem dos alunos, responsabilidade da Secretaria Escolar, devem ser rigorosamente feitos e divulgados para toda a Escola e para as famílias dos

alunos. Dão suporte ao professor e Especialista para conhecerem e acompanharem o desempenho do aluno e planejem ações de Intervenção Pedagógica, no tempo certo.

Em caso de infrequência, o professor deve informar o Especialista para que verifique os motivos da falta, através do contato com a família do aluno. A infrequência não sendo sanada, cabe à Escola comunicar, em primeiro lugar, ao Conselho Tutelar da jurisdição e, se o problema persistir, nova comunicação deverá ser dirigida à Promotoria da Infância e da Juventude.

De acordo com Barbosa (2003) o Especialista é um mediador e cuida das relações internas e da relação permanente com os pais e comunidade, esclarece o Guia. Espera-se que a escola tenha um “clima” educativo, um ambiente agradável e favorável à aprendizagem. Muitas ações poderão ser desenvolvidas a partir das necessidades evidenciadas, dos conflitos que surgirem e da criatividade do Especialista.

As relações interpessoais devem ser preservadas e o Especialista em Educação Básica pode cooperar incentivando o trabalho compartilhado num ambiente acolhedor, considerando os direitos, deveres e responsabilidades individuais, de acordo com as atribuições de cada cargo/função (BARBOSA, 2003). Nas suas reuniões, pode se utilizar de textos e dinâmicas que possibilitem a reflexão e a valorização do ser humano, o aprender a ser e a conviver. O clima educativo na Escola, sendo de harmonia, entusiasmo, comprometimento e responsabilidade, cooperam para a garantia do sucesso dos alunos e cumprimento das metas da Escola, afirma o Guia (MINAS GERAIS, 2007).

Os pais precisam acompanhar a vida escolar dos filhos, participando das reuniões promovidas pela Escola e atendendo a solicitações quando necessário. O Especialista deve sensibilizar e incentivar a efetiva participação dos pais, criando espaços para essa participação nas ações de planejamento e de desenvolvimento do currículo e nas decisões a serem tomadas sobre a vida da Escola e dos alunos.

O Guia do Especialista em Educação Básica sugere que as reuniões bimestrais abordem temas como: Organização e funcionamento da Escola; Coleta de dados para a elaboração e ou reelaboração do Projeto Pedagógico e do Plano de Intervenção Pedagógica; Organização e funcionamento das instâncias colegiadas; Disposições do Regimento Escolar; Discussões sobre o Currículo, as Avaliações Internas e Externas e os resultados do desempenho dos alunos; Realização de eventos cívicos e sociais diversos.

Algumas atitudes como chamar as pessoas pelo nome, exercer a cordialidade, lembrar as datas dos aniversários, ser atencioso ao ouvir as pessoas, chamar a atenção de forma

ponderada, priorizar o trabalho em equipe e destacar os valores e possibilidades de cada um devem ser rotina do Especialista, recomenda a SEE/MG.

Compete aos Especialistas implementar, orientar e acompanhar ações para que todos os alunos verdadeiramente aprendam. Compete-lhes ainda estudar com os professores as Resoluções publicadas pelos órgãos de educação sobre a Organização e Funcionamento do Ensino, além da legislação já em vigência.

Cabe ao Especialista propiciar o aprimoramento dos professores, incentivando-os a participar de cursos, palestras, congressos de educação e a integrar grupos de estudo; realizar na Escola ciclos de estudos e oficinas pedagógicas e estabelecer parceria com os Especialistas de outras Escolas para desenvolverem ações de formação continuada da equipe docente. O movimento contínuo de crescimento profissional entre seus professores é de fundamental importância e os Especialistas devem lançar mão dos CBC, dos cadernos da SEE/MG elaborados pelo CEALE, dos materiais didático-pedagógicos como o Guia do Professor Alfabetizador, disponibilizados pela SEE, de livros e revistas pedagógicas e de toda Legislação pertinente à Educação. A formação continuada dos professores é uma das grandes atribuições do Especialista.

As Avaliações Diagnósticas internas, preferencialmente elaboradas de forma coletiva pela equipe pedagógica da Escola, podem ser aplicadas no início do ano letivo, no encerramento do primeiro semestre, em setembro e no final do ano letivo, com o objetivo de diagnosticar distorções no processo ensino-aprendizagem, conhecer os alunos, planejar e replanejar as ações, a partir dos resultados obtidos, e intervir no momento certo, indica o Guia (MINAS GERAIS, 2007).

O Guia do Especialista em Educação Básica (MINAS GERAIS, 2007) arrola sugestões para tornar a sala de aula um lugar agradável, bonito e propício à alfabetização: expor nas paredes das salas de aula ou nos varais, algarismos (quantidades), alfabeto (quatro tipos de letras), nomes dos alunos (letra grande), calendário, relógio, sílabas, banco de palavras (em estudo), textos de diversos gêneros (cantigas, parlendas, trava-línguas, letras e música, quadrinhas, listas de nomes, frutas, brinquedos, contos de fada), etc. Para se ter presentes na sala de aula, ao alcance das crianças, elenca: Cantinho de Leitura, caixa de brinquedos, mural de unidade de estudo, Geografia/História/Ciências, folhetos de programação, manuais de instrução de eletrodomésticos, jornais, revistas, rótulos, receitas, bulas de remédios, sinopses, material do PNLD (diversidade de textos), caixa de material diverso para o trabalho com as ideias das quatro operações (pauzinhos, pedrinhas, etc.),

material de contagem, letras e livros diversos para o manuseio das crianças, material de apoio para os alunos (lápiz, borracha, cola, tesoura, cadernos) e outros a critério da Escola.

O ambiente alfabetizador deve se estender para toda a Escola o ambiente escolar deve ser espaço de oportunidades de convivência com o texto escrito, seja informativo ou literário.

Além das reuniões de formação continuada, é necessário realizar atendimento individualizado ao professor, o que poderá acontecer nos horários de aula especializada das turmas de Anos Iniciais, ou em outro horário, a critério do Especialista. É uma estratégia de trabalho que tem o objetivo de ouvir o professor para, juntos, buscarem ações que favoreçam a aprendizagem dos alunos e a solução de problemas detectados na classe.

Se a aprendizagem efetiva dos alunos é a preocupação primeira da Secretaria de Estado de Minas Gerais, o currículo e seus desdobramentos devem mobilizar a atenção do Especialista em Educação Básica.

O currículo, em seus conteúdos e nas formas pelas quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada que se sedimentou dentro de determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar, o que pode ser feito tanto a partir de um nível de análise político-social quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentação “mais técnica”, descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares (SANCRISTÁN, 1998, *apud* MINAS GERAIS, 2007, p. 31).

Complementando o conceito de Sancristan, há a contribuição de LOPES (2000) *apud* MINAS GERAIS (2007, p.31):

O currículo é o conjunto de todas as experiências escolares de conhecimento proporcionado aos estudantes, portanto se constrói na instituição escolar, nos acordos e conflitos diários no interior dessas instituições. Se o currículo, evidentemente, é algo que se constroem seus conteúdos e sua forma última não podem ser indiferentes aos contextos nos quais se configura.

A equidade, que significa proporcionar mais a quem mais necessita promovendo a justiça, deve nortear a ação do Especialista em Educação. A equidade supera o conceito de que todos os indivíduos sejam portadores dos mesmos direitos, vinculando-se vigorosamente ao conceito de justiça.

Conforme Alessandri (2002) *apud* Minas Gerais (2007) trata-se da chamada “discriminação positiva”, na prática “uma estratégia inversa ao “igual para todos”: propõe-se uma educação diferenciada para se obter resultados semelhantes.

Analizadas as orientações do Guia, constata-se a forma de tratamento indistinto dispensado aos pedagogos que atuam nas escolas, quais sejam, Orientadores Educacionais e Supervisor Pedagógico. Ambos exercem as mesmas atividades.

O último concurso público do quadro de educação, no seu Edital SEPLAG/SEE Nº. 04/2014, de 24 de novembro de 2014, fez as mesmas exigências aos candidatos de ambos os cargos e relacionou o mesmo conteúdo para o provimento de cargos das carreiras de Especialistas em Educação Básica. Para análise, abaixo, a transcrição do referido edital.

b) Especialista em Educação Básica – EEB – Nível I Grau A - Orientação Educacional:

b.1) diploma devidamente registrado de curso superior legalmente reconhecido de Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Orientação Educacional, expedido por instituição de ensino superior credenciada;

b.2) diploma devidamente registrado de curso superior legalmente reconhecido de Licenciatura Plena em Pedagogia, regulamentado pela Resolução CNE/CP nº 01, de 15/05/2006, expedido por instituição de ensino superior credenciada;

b.3) diploma devidamente registrado de curso superior legalmente reconhecido de Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento acrescido de certificado de pós-graduação em Orientação Educacional, expedidos por instituição de ensino superior credenciada;

c) Especialista em Educação Básica – EEB – Nível I Grau A - Supervisão Pedagógica:

c.1) diploma devidamente registrado de curso superior legalmente reconhecido de Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Pedagógica, expedido por instituição de ensino superior credenciada;

c.2) diploma devidamente registrado de curso superior legalmente reconhecido de Licenciatura Plena em Pedagogia, regulamentado pela Resolução CNE/CP nº 01, de 15/05/2006, expedido por instituição de ensino superior credenciada;

c.3) diploma devidamente registrado de curso superior legalmente reconhecido de Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento acrescido de certificado de pós-graduação em Supervisão Pedagógica, expedidos por instituição de ensino superior credenciada.

Também o conteúdo das provas foi o mesmo, apesar da existência de duas carreiras/cargos, conforme pode ser visto no quadro.

Cargo	Conteúdo da Prova: Conhecimentos específicos
Especialista em Educação Básica - EEB - Orientação Educacional noções gerais de Informática	Padrões Profissionais de Competência para o Professor dos Ciclos de Alfabetização e Complementar/Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Sistema Educacional de Minas Gerais*.
Especialista em Educação Básica - EEB - Supervisão Pedagógica noções gerais de Informática	Padrões Profissionais de Competência para o Professor dos Ciclos de Alfabetização e Complementar/Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Sistema Educacional de Minas Gerais*.

As escolas de Minas Gerais, por sua direção e colegiado, conhecendo a listagem de classificação dos pedagogos para as duas especializações na lista de candidatos inscritos à designação, têm a possibilidade de fazer opção pelo cargo a ser lotado. Conhecendo os candidatos à espera da designação, as escolas “podem”, tem a possibilidade de fazer a opção de acordo com sua preferência pessoal, avaliação já conhecida de desempenho do servidor ou, ainda, para favorecer um determinado candidato, fugindo dos princípios de transparência e moralidade para provimento de cargo e ingresso do servidor público na rede de ensino.

Constata-se a perda de identidade própria das duas especializações nas escolas públicas e, ao mesmo tempo, observa-se a inexistência de queixa por meio de manifestos ou petições dos profissionais e também parecer das instituições de ensino superior que formam tais profissionais com especializações distintas.

5 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Percebe-se que a função do Supervisor Pedagógico sofreu diversas mudanças significativas, passando por distintos perfis, tais como o de fiscalizador, controlador espontâneo e inspetor. Atualmente, tem-se a visão do Supervisor como parceiro e companheiro do trabalho pedagógico. Hoje, sua função primordial é de orientar para a ação educativa abrangente, dentro dos princípios legais e de formação integral. Ele ajuda os professores a melhor compreenderem os objetivos reais da educação e o papel da escola na sua execução. Deve ser atento aos problemas e necessidades dos jovens educandos e, à medida do possível, satisfazer suas necessidades. Sua liderança deve ser democrática e cooperativa, sob as formas de promoção do aperfeiçoamento profissional dos docentes, com vistas à maior competência didática, conforme a doutrina existente (ZIEGIR, 2003).

Conforme as referências consultadas, o Orientador Educacional diferencia-se do Supervisor Pedagógico, do Professor e do Diretor. O Diretor administra a escola como um todo; o Professor cuida da especificidade de sua área do conhecimento; o Supervisor fornece condições para que o docente realize a sua função da maneira mais satisfatória possível; e o Orientador Educacional cuida da formação de seu aluno, para a escola e para a vida. A existência e permanência do Orientador na rede escolar são bastante questionadas e o enfoque dado às atividades que desempenha passa por modificações, de acordo com os estados, em suas regulamentações (PASCOAL, HONORATO e ALBUQUERQUE, 2008).

Permanecem antigos paradigmas herdados que devem ser desconstruídos para atuação numa perspectiva crítica e emancipatória. Não há dúvida de que o Orientador Educacional seja necessário à escola. Existe uma ligação entre tal prática e a própria educação, uma vez que na raiz da palavra “educação” encontra-se “orientar, guiar, conduzir o aluno”. O papel do Orientador Educacional deve ser o de mediador entre o aluno, as situações de caráter didático-pedagógico e as situações socioculturais. A razão de ser da escola e da educação é o aluno, centro dos estudos e da atenção da orientação educacional (PASCOAL, HONORATO e ALBUQUERQUE, 2008).

Nesse viés de reflexão, na condição de Supervisor, caberia ao pedagogo assumir, com afinco, o acompanhamento do trabalho dos professores, prestando assessoria e orientação em termos de planejamento, metodologia e avaliação um compromisso com a formação continuada dos professores. No cotidiano da escola, o Orientador Educacional cuidaria do atendimento e do acompanhamento escolar dos alunos e também do relacionamento escola-

pais-comunidade. Portanto, na função de Orientador Educacional, o pedagogo essencialmente acompanha e apoia os alunos nas suas intrincadas relações de ordem cognitiva, afetiva e social.

Não é essa a realidade estadual. Formados no curso de Pedagogia, o Supervisor Pedagógico e o Orientador Educacional ocupam cargos distintos nas escolas e são regidos por diferente legislação. Porém, ocorre que atualmente, no estado de Minas Gerais, ambos respondem pelas mesmas atribuições nas escolas públicas, fato que causa estranheza e desconforto de alguns que possuem apenas uma das especializações ou que se identificam mais com uma das ocupações. Essa isonomia no tratamento das questões práticas motivou a publicação do Guia do Especialista em Educação Básica das escolas públicas de Minas Gerais, sendo aqui questionado (PASCOAL, HONORATO e ALBUQUERQUE, 2008).

O Guia do Especialista em Educação Básica (2007) orienta Supervisor Pedagógico e Orientador Educacional indistintamente, visando a sua competência profissional para coordenar e fazer funcionar uma escola interdisciplinar, coletiva, propondo e gerindo o projeto pedagógico, articulando o trabalho de vários profissionais, liderando a inovação. Minas Gerais, valendo-se do Guia, espera que o Especialista em Educação Básica (Orientador Educacional e Supervisor Pedagógico) faça da organização escolar um ambiente de aprendizagem, um espaço de formação contínua, no qual os professores reflitam, pensem, analisem, criem novas práticas, como pensadores e não como meros executores de decisões burocráticas.

As escolas de Minas Gerais, por sua direção ou colegiado, fazem opção pelo cargo Supervisão Pedagógica ou Orientação Educacional a ser lotado nas suas escolas e tal escolha pode refletir interesses que não coadunem com os princípios de moralidade e transparência da administração pública.

Parece haver a perda de identidade das duas especializações pedagógicas e, diante dessa possibilidade, espera-se a conscientização dos pedagogos e a reação dos Especialistas em Educação Básica em relação às medidas da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, desconsiderando as disposições normativas dos cargos.

Também seria conveniente a reflexão e manifestação das instituições de ensino superior que formam tais profissionais para uma reavaliação curricular, visto que habilitam alunos para os dois cargos. Espera-se que esta pesquisa incentive um trabalho mais aprofundado acerca da identidade do Supervisor Pedagógico e Orientador Educacional.

6 CONCLUSÃO

Constata-se, mediante consulta bibliográfica, que a educação está presente nas sociedades humanas como uma realidade irreduzível e sua origem confunde-se com as origens do próprio homem. A escola, diante da importância da educação, tornou-se uma das instâncias mais relevantes da sociedade devido à amplitude da sua função socioeducacional, pois, além da transmissão de conteúdos, promove o desenvolvimento de habilidades mentais necessárias à formação de um raciocínio flexível e criativo e prepara o educando para a vida cidadã e o qualifica para o trabalho.

No contexto educacional, surgiu a Pedagogia, com um caráter explicativo e normativo da realidade educativa, pois examina teoricamente o fenômeno educativo, define orientações para a prática a partir da própria ação educativa e sugere princípios e normas articulados aos fins e meios da educação.

Ao esclarecer o percurso histórico da Pedagogia, verifica-se que ela é tratada como arte, metodologia, ciência da arte educativa e, recentemente, com expressiva ênfase na atuação docente. Há ainda uma indefinição do papel atribuído à Pedagogia como fenômeno educativo em razão de sua complexidade. Tradicionalmente, a Pedagogia é concebida como um campo de conhecimento que tem a educação como foco de estudo e análise.

Atualmente, a insegurança e as inquietações dos pedagogos tornaram-se evidentes e, por consequência, a necessidade de que a formação acadêmica desses profissionais da área educacional prepare-os realmente para atuar no sistema de ensino com competência que lhes garantam fazer a diferença na qualidade da instituição escolar e na proficiência dos alunos, pois assumem um papel essencial no processo de formação cultural e científica das novas gerações.

O aporte legal evidencia e convoca os Pedagogos a assumirem a postura de mediadores nos processos que formam a essência da cidadania no aluno, estabelecendo caminhos para a transposição de inúmeros desafios colocados aos estabelecimentos de ensino.

A formação do Pedagogo deve garantir-lhe atuação com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; conhecimento para trabalhar o binômio cuidar e educar na Educação Infantil, de forma a contribuir, para o desenvolvimento das crianças nas dimensões física, psicológica, intelectual e social; capacidade de fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como dos que não tiveram oportunidade de escolarização na idade

própria (EJA), em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo (BRASIL, 2006). O Pedagogo é um profissional comprometido com a formação do sujeito que frequenta o espaço escolar e também os contextos não-escolares e tem um importante papel no sentido de refazer e ressignificar, diante dos educandos e junto com eles, o seu próprio processo de aprender e conhecer.

O que define a prática pedagógica é a direção, o rumo que se dá às práticas educativas. Portanto, a toda educação corresponde uma pedagogia. O trabalho do Pedagogo é consciente e intencional, considerando as leis, os princípios, as finalidades, os conteúdos e as metodologias de que precisa.

Este trabalho de revisão bibliográfica deu enfoque às especializações em Supervisão Pedagógica e Orientação Educacional, contextualizando a ação desses pedagogos segundo a legislação vigente e as atuais normas da Secretaria de Estado de Educação que, por meio da publicação do Guia do Especialista em Educação Básica, uniformizou as atribuições dos dois Especialistas. A discussão foi abalizada pelo estudo comparativo dos distintos diplomas legais e obra de conceituados teóricos da área de gestão escolar com as disposições do recente Guia.

A pesquisa relacionou as funções do Supervisor Pedagógico e do Orientador Educacional, conheceu o teor do Guia do Especialista em Educação Básica e distinguiu o objeto de cada especialização. O processo educacional é tarefa coletiva, bem como o é o projeto político pedagógico. A escola, em todas as suas instâncias de atuação, apresenta-se como construção coletiva. Diante da constatação dessa interligação, pode-se afirmar que a orientação educacional e a supervisão pedagógica são processos interdependentes e complementares, visto que ambas as especialidades têm como eixo norteador do trabalho o ensino-aprendizagem – a função precípua da escola é de ensinar e todos devem se unir no mesmo propósito. A fim de que a escola cumpra sua função, é preciso que o Supervisor Pedagógico preste sua melhor assessoria pedagógica aos professores e o Orientador Educacional trabalhe com vistas ao bem-estar do aluno, cooperando para sua aprendizagem.

Constitui o objeto da Orientação Educacional a assistência ao educando, individualmente ou em grupo, visando o desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas. No processo educacional, o Supervisor tem seu objeto próprio de trabalho que se atém ao que o professor produz, pois possui um conhecimento abrangente a respeito das atividades de quem ensina e das formas de encaminhá-las, considerando as condições de existência dos que aprendem. Portanto, é

evidente que o objeto de trabalho do Orientador Educacional e o objeto do trabalho do Supervisor Pedagógico são bem distintos. Assim, não há como conceber a orientação educacional e a supervisão pedagógica como processos similares.

O estudo comparativo das disposições legais de ambos os cargos leva à conclusão da impertinência das orientações do Guia do Especialista em Educação Básica, unificando as atribuições de ambos os pedagogos, desconstruindo a identidade peculiar de cada um dos cargos, ainda mantidos separadamente no Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Espera-se que esta pesquisa incentive a reflexão e tomada de posição de pedagogos e instituições de ensino superior que formem pedagogos e a sequência aprofundada do estudo ora iniciado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, I. **Ser professor reflexivo. Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão.** Porto Alegre: Porto, 1996.

ANGEL, M.; ALARCÃO I.; LIMA, E.; FERREIRA, N. S. C. **Supervisão pedagógica.** Campinas - SP: Papirus, 2001.

BARBOSA, B. D. Uma Introdução à Propriedade Intelectual. 2ª ed. rev. e atual., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003, p. 31.

BARBOSA, P. M. R. **Conhecendo a história da Orientação Educacional.** Publicado em 20 de maio de 2014. Disponível em <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0430.html>> Acesso em: 04 Set. 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942** - Lei Orgânica do Ensino Industrial. Brasília: MEC, 1942.

_____. **Lei nº 4.244, de 9 de setembro de 1942**, Lei Orgânica do Ensino Secundário, estabeleceu a função da Orientação Educacional nas instituições de ensino do mesmo nível. Brasília: MEC, 1942.

_____. Lei nº 4024/61 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1961.

_____. **Decreto nº. 72.846, de 26 de setembro de 1973, regulamenta a Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968**, que dispõe sobre a Orientação Educacional. Brasília: MEC, 1973.

_____. **Resolução nº 7.150 de 16 de abril de 1993.** Define atribuições dos especialistas de educação (supervisores pedagógicos e orientadores educacionais) da rede estadual de ensino. Brasília-DF: 1993.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96.** Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

_____. **Projeto de Lei nº 290/2003**, que trata da oficialização da profissão do Supervisor Escolar. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

_____. **Projeto de Lei PL 4106/12**, que dispõe sobre funções do Supervisor Pedagógico. Diário Oficial da União, 2014.

_____. **Código de Ética dos Orientadores do Brasil.** Diário Oficial da União, 1978.

BARROS, R. A. **Perspectivas da Orientação Vocacional: Da educação infantil na gestão particular.** Rio de Janeiro, 2011.

CARLOS, J. A.; LODI, I. G. **A prática pedagógica em supervisão escolar: a importância da inter-relação entre o supervisor pedagógico e o corpo docente.** Araxá: Evidência, v. 8, n. 8, 2012.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ORIENTADORES EDUCACIONAIS. **Código de Ética dos Orientadores Educacionais do Brasil.** Curitiba: Revista de Orientação Educacional da Federação Nacional dos Orientadores Educacionais, 1978.

FERREIRA, N. S. C. **Supervisão educacional. Para uma Escola de Qualidade: da Formação a Ação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FALCÃO FILHO, J. L. M.. **Escola: ambiente, estruturas variáveis e competências.** Rio de Janeiro: Ensaio, vol.8, n.28, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIACAGLIA, L. R. A.; PENTEADO, W. M. A. **Orientação Educacional na prática.** 6a edição São Paulo: Cengage, 2011.

GIANCATERINO, Roberto. **Escola, professor, aluno: Os Participantes do Processo Educacional.** São Paulo: Madras, 1996.

GRINSPUN, Míriam P. S. Zippin. **A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IBE. Instituto Brasileiro de Ensino. **Supervisão Escolar – Fundamentos e Métodos de Supervisão Escolar.** Guia de Estudo 2
www.institutoibe.com.br – materialdidatico@institutoibe.com.br

INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO. **Supervisão Escolar – Fundamentos e Métodos de Supervisão Escolar – Guia de Estudo II Curso de Pós-Graduação.** Disponível em: <www.institutoibe.com.br> Acesso em: 05 Out. 2015.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5 ed. revista e ampliada – Goiânia: MF Livros, 2008.

_____. **Pedagogia e pedagogo: inquietações e buscas.** Educar Curitiba, n. 17, p. 153-176. Curitiba: Editora da UFPR, 2001

LONGO, M.; PEREIRA, Z. C. **O Papel do Orientador Educacional na Promoção do Relacionamento Interpessoal entre Alunos e Professores Contribuindo no Processo Ensino Aprendizagem.** PERSPECTIVA, Erechim. v.35, n.132, p.183-196, dezembro/2011

LÜCK, H.; FREITAS, K. S. de; GIRLING, R. **A escola participativa: O trabalho do gestor escolar.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MEDINA, A. S. **Novos olhares sobre a supervisão**. Supervisor Escolar: parceiro político-pedagógico do professor. Campinas, SP: Papirus, 1997.

_____. A. S. **Supervisão Escolar: da ação exercida à ação repensada**. Porto Alegre: Age, 2002.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE/MG nº 7150, de 16 de junho de 1993**. Configuração do Orientador Educacional na Rede Estadual. Belo Horizonte: Diário Oficial, 1993.

_____. **Guia do Especialista em Educação Básica**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2007.

_____. **EDITAL SEPLAG/SEE Nº. 04/2014, de 24 de novembro de 2014**. Belo Horizonte: Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, 2014.

NÉRICI, I. G. **Introdução à Supervisão Escolar**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1978.

PASCOAL, M.; HONORATO E. C.; ALBUQUERQUE, F. A. de. **O orientador educacional no Brasil**. Educ. rev. Nº. 47. Belo Horizonte: Educação em Revista, junho de 2008.

PASSERINO, L. R. I. M. **O Supervisor educacional à luz da concepção libertadora**. Revista Acadêmica, PUC - PR: 1996.

RANGEL, M. **Considerações sobre o papel do supervisor, como especialista em educação, na América Latina**. In: SILVA JÚNIOR, C. A. da. Canoas: Unilasalle. Editora, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/viewFile/1278/1020>> Acesso em: 07 Set. 2015.

SANTOS, R. C. G.; HAERTER, L. **Reflexão acerca do projeto de ensino interdisciplinar "resgatando histórias de vida" do CEFET-RS**. Disponível em: <<http://www.institutoibe.com.br/arquivos/tk-50cf12a7ec8c6.pdf>> Acesso em: 07 Set. 2015.

SILVA, E. L. da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA JÚNIOR, C. A. **A organização do trabalho na escola pública: o pedagógico e o administrativo na ação supervisora**. In RANGEL, M. & SILVA JÚNIOR, C. A. (orgs.) Nove Olhares sobre a Supervisão. 7ed. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas /SP: Papirus Editora, 1997.

ZIEGER, L. A **reconstrução da profissão de supervisor (a) educacional: as responsabilidades da universidade e os caminhos do zeitgeist**. 2003. Disponível em: <http://guaiba.ulbra.tche.br/pesquisas/2003/resumos/pedagogia/coloquios/reconstrucao_supe> Acesso em 01 Set. 2015.